



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGOIC, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2022

www.caixagestaodeativos.pt



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 454 563



ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	3
2.	MERCADOS FINANCEIROS	6
3.	MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS	9
4.	PERSPETIVAS PARA 2023	9
5.	GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL	12
6.	ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	13
7.	MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO	15
8.	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	16
9.	PRINCIPAIS RISCOS	17
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
11.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS	20
12.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	61
13.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	66



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A economia mundial denotou um abrandamento no decurso do ano de 2022, ao ser condicionada pelos efeitos da perda de poder de compra advinda da inflação elevada e persistente, do aperto das condições financeiras, do conflito militar na Ucrânia e da moderação económica da China. Com efeito, o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas perspetivas publicadas em outubro de 2022, estimou que, após ter crescido 6,0% em 2021, o PIB real global terá evidenciado um crescimento de 3,2% em 2022. A desaceleração terá sido transversal tanto ao agregado de países desenvolvidos, de 5,2% em 2021 para 2,4% em 2022, bem como ao de emergentes, de 6,6% em 2021 para 3,7% em 2022. No que concerne à evolução de preços, a inflação acentuou a trajetória ascendente, tendo atingido os valores mais elevados de cerca de quatro décadas. Este comportamento adveio da retoma robusta da procura após a pandemia COVID-19, que não foi acompanhada pela oferta, e do impacto da valorização dos preços das matérias-primas, em especial da energia e de bens alimentares, impulsionada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

Indicadores Económicos

Valores em %

	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Global	6,0	3,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	5,7	1,6	4,7	8,1	5,4	3,7
União Europeia ^(a)	5,4	3,3	2,9	9,3	7,0	6,2
Área Euro	5,3	3,2	2,6	8,5	7,7	6,8
Alemanha	2,6	1,6	3,2	8,8	3,6	3,1
França	6,8	2,6	2,1	5,8	7,9	7,7
Espanha	5,5	4,5	3,0	8,5	14,8	12,7
Itália	6,7	3,8	1,9	8,7	9,5	8,3
Reino Unido	7,4	3,6	2,6	9,1	4,5	3,8
Japão	1,7	1,7	-0,2	2,0	2,8	2,6
Rússia	4,7	-3,4	6,7	13,8	n.d.	n.d.
China	8,1	3,2	0,9	2,2	n.d.	n.d.
Índia	8,7	6,8	5,5	6,9	n.d.	n.d.
Brasil	4,6	2,8	8,3	9,4	n.d.	n.d.

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2022; Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2022.

Especificamente, as projeções de outubro da supracitada instituição assinalavam que a atividade económica dos EUA, após um crescimento de 5,7% em 2021, terá moderado para 1,6% em 2022. Esta dinâmica adveio, em particular, da queda do rendimento real disponível e do aumento dos custos de financiamento que afetaram o consumo e o investimento. Relativamente ao mercado de trabalho, foi observada a manutenção de condições de solidez. Para o conjunto do ano, o FMI estimava uma descida da média anual da taxa de desemprego de 5,4% em 2021 para 3,7% em 2022. Neste âmbito, de acordo com os dados oficiais do *Bureau of Labor Statistics*, a taxa de desemprego permaneceu em níveis historicamente baixos, ao ter passado de 3,9%, em dezembro de 2021 para 3,5% em dezembro



de 2022, associada a uma criação líquida de 4,5 milhões de postos de trabalho no mesmo período. Por seu lado, as métricas de preços de referência denotaram um aumento significativo, com a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) a subir de 7,0% em dezembro de 2021, para o máximo desde novembro de 1981, de 9,1% em junho, e encetando posteriormente uma trajetória de desaceleração para 7,1%, em novembro de 2022, de acordo com o *Bureau of Labor Statistics*. No cômputo do ano, o FMI projetava uma inflação média de 8,1% em 2022. Perante este contexto, a Reserva Federal norte-americana (*Fed*) procedeu ao endurecimento da política monetária mais veloz de cerca de quatro décadas, ao ter incrementado, no acumulado do ano, as taxas diretoras em 4,25 pontos percentuais e iniciado a redução do programa de compra de ativos, através do não reinvestimento dos títulos vencidos em balanço.

Na **Área Euro**, as perspetivas de outono da Comissão Europeia (CE) indicavam um abrandamento do crescimento do PIB real de 5,3% em 2021 para 3,2% em 2022. A região encontrava-se entre as economias mais expostas às consequências económicas da guerra na Ucrânia, devido à proximidade geográfica e à elevada dependência energética. Contudo, no mercado de trabalho, foi registada uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a diminuir de 7,0%, em dezembro de 2021, para 6,5%, em novembro de 2022, o mínimo histórico, de acordo com o *Eurostat*. As perspetivas da CE apontavam para uma diminuição de 7,7% em 2021 para 6,8% em 2022. Relativamente à inflação, observou-se um aumento significativo, ao ter acelerado de uma variação homóloga de 5,0% em dezembro de 2021 para o máximo da série de 10,6% em outubro, embora desacelerando para 9,2% em dezembro de 2022, de acordo com a informação oficial do *Eurostat*. Neste enquadramento, o Banco Central Europeu (BCE) também iniciou o processo de normalização da política monetária, através da subida das taxas de referência em 2,5 pontos percentuais e do anúncio do não reinvestimento de títulos que atingem a maturidade, adquiridos ao abrigo do programa de compra de ativos *APP* (*Asset Purchase Programme*), a partir de março de 2023.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2021	2022	2021	2022
PIB real	5,4	3,3	5,3	3,2
Consumo privado	4,1	3,7	3,8	3,7
Consumo público	4,1	1,3	4,3	1,4
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	3,0	3,6	2,8
Exportações	10,5	6,3	10,6	6,6
Importações	9,0	6,7	8,4	6,8
Inflação	2,9	9,3	2,6	8,5
Taxa de desemprego (em %)	7,0	6,2	7,7	6,8
Saldo orçamental (em % do PIB)	-4,6	-3,4	-5,1	-3,5

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2022.

Para a **economia portuguesa**, as perspetivas de outono da CE estimavam um crescimento económico de 6,6% em 2022, após 5,5% em 2021. Este desempenho, no ano de 2022, traduziu a recuperação acentuada da atividade após a crise pandémica. No que respeita ao mercado de trabalho, foi observada



uma subida modesta da taxa de desemprego de 5,8% em dezembro de 2021 para 6,1% em outubro de 2022, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Para o agregado do ano, a Comissão Europeia projetava uma redução do mesmo indicador de 6,6% em 2021 para 5,9% em 2022. No que concerne à inflação, foi observada uma aceleração da variação homóloga da métrica harmonizada divulgada pelo *Eurostat*, ao ter passado, de 2,8%, em dezembro de 2021, para 9,8%, em dezembro de 2022. A CE projetava um incremento da inflação média anual de 0,9%, em 2021, para 8,0%, em 2022.

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

	2020	2021	2022
PIB real	-8,3	5,5	6,6
Consumo privado	-7,0	4,7	5,4
Consumo público	0,3	4,6	1,8
Formação Bruta de Capital Fixo	-2,2	8,7	4,0
Exportações	-18,6	13,5	16,6
Importações	-11,8	13,3	10,9
Inflação	-0,1	0,9	8,0
Taxa de desemprego (em %)	7,0	6,6	5,9
Saldo orçamental (em % do PIB)	-5,8	-2,9	-1,9
Dívida Pública (em % do PIB)	135	126	116

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2022.

Por fim, segundo as projeções do FMI, as **economias emergentes** deverão ter evidenciado uma taxa de variação do PIB real de 3,7% em 2022, após 6,6% em 2021. Neste agregado, de salientar o crescimento económico da China, que se cifrava somente a 3,2%, o registo mais baixo em mais de quatro décadas, excluindo o ano inicial da pandemia em 2020. A retoma económica deste país foi condicionada pela permanência da política de COVID zero para o controlo da pandemia, ao longo da maior parte do ano, tendo sido apenas flexibilizada em dezembro de 2022. Por seu turno, a inflação em muitos países emergentes permaneceu acima dos objetivos para a estabilidade de preços, razão pela qual, também nestas geografias, os bancos centrais procederam ao aumento das taxas de referência, tais como, os do Brasil, do México, do Chile, da Polónia, da Hungria, da Índia, da Indonésia, entre outros.

Em paralelo, a tensão diplomática entre a Rússia e a Ucrânia, que evoluiu em fevereiro para um conflito militar, na sequência da invasão deste último país, demonstrou-se o evento mais relevante de índole política no ano e recebeu forte censura internacional, com vários países, em particular os EUA e a maioria dos membros da UE, a imporem sanções económicas e diplomáticas à Rússia. Entre as medidas e sanções aplicadas destacaram-se a retirada de um conjunto de instituições financeiras russas do sistema de pagamentos internacional e as restrições ou bloqueios às importações de diversos bens com origem naquele país, em particular, energéticos. Como corolário, várias empresas internacionais optaram por suspender ou encerrar as operações na Rússia, reconhecendo perdas nas operações associadas. Em resposta, este país aplicou medidas retaliatórias que, atendendo ao seu papel de relevo como fornecedor de gás natural e de petróleo à Europa, conjuntamente com as sanções aplicadas, espoletaram uma crise energética na região. Esta temática promoveu um ambiente de elevada volatilidade nos preços daqueles bens energéticos.



2. MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2022, as preocupações com os riscos relacionados com os efeitos de uma normalização demasiado célere das políticas monetárias e do conflito bélico na Europa de Leste, promoveram a desvalorização das principais classes de ativos, com a de matérias-primas a representar uma exceção, apesar de continuarem a ser sentidos os efeitos positivos, em algumas regiões, da reabertura da economia após a pandemia da COVID-19.

Rendibilidades dos Mercados de Ações		
	2021	2022
Global (em euros)	27,5%	-13,0%
Desenvolvidos (em euros)	31,1%	-12,8%
Emergentes (em euros)	4,9%	-14,9%
EUA	28,7%	-18,1%
Área Euro	22,2%	-12,5%
Itália	27,3%	-9,3%
França	31,1%	-7,4%
Espanha	10,3%	-2,7%
Portugal	18,0%	7,3%
Reino Unido	18,4%	4,7%
Japão	6,3%	-7,8%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

No **Mercado Monetário**, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma subida para as aplicações nas várias maturidades. Concretamente, a *Libor*, o indexante para operações em dólares, registou uma subida de 455 pontos base (p.b.), para 4,71%, no prazo de 3 meses, de 479p.b., para 5,14%, no de 6 meses e de 489p.b., para 5,48%, no de 12 meses. Da mesma forma, a taxa *Euribor*, o indexante para aplicações em euros, observou aumentos, tendo subido 271p.b., para 2,13%, na maturidade de 3 meses, 324p.b., para 2,69%, na de 6 meses e de 379p.b. para 3,29% na de 12 meses.

No que respeita ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, os principais índices dos EUA e da Área Euro foram penalizados pelo contexto de forte subida de *yields*, tendo registado desempenhos negativos de -12,5% e de -18,5%, respetivamente. Para esta trajetória contribuiu, predominantemente, o aumento da componente real de taxas de juro, num período em que os prémios de risco de inflação registaram variações mais modestas. Nesta envolvente revelou-se importante o enviesamento mais restritivo das políticas monetárias implementadas pelos principais bancos centrais, em resultado da manutenção da inflação em patamares historicamente elevados. Nos EUA, a Reserva Federal, para além dos aumentos das taxas diretoras decretados, sinalizou a necessidade da política monetária se manter por algum tempo num nível suficientemente restritivo para que a inflação convirja para o objetivo de estabilidade de preços. Neste contexto, a *yield* das obrigações com maturidade a 2 anos subiu 372p.b., e a de 10 anos 237p.b., esta última chegando a situar-se num valor superior a 4,0%, e tendo ambas atingido os níveis mais altos em vários anos. Adicionalmente, das variações descritas resultou uma diminuição significativa do diferencial entre aquelas duas taxas, que atingiu o patamar negativo mais baixo desde o início da década de 80. Na Área Euro, a tendência das taxas de juro de mercado foi similar às das congéneres americanas, impactadas sobretudo pela retórica de maior restritividade do Banco Central Europeu, com a instituição a decretar na reunião de política monetária, ocorrida em setembro, inclusivamente, o maior aumento de taxas diretoras desde a sua criação, de +75p.b.. Neste



enquadramento, a *yield* germânica a 10 anos subiu 274p.b., para 2,57%, e a de 2 anos, 326p.b., para 2,56%, ambas a atingir máximos de vários anos. De referir que o diferencial entre estas taxas atingiu o valor negativo mais baixo desde 1992. Relativamente aos prémios de risco de emissões de soberanos na AE, ou seja, aos diferenciais das *yields* de governos europeus face às da Alemanha, verificou-se um alargamento generalizado, sendo este mais expressivo em Itália, com as respetivas emissões a serem penalizadas pela maior instabilidade política do país, que culminou na demissão do primeiro-ministro e na realização de eleições antecipadas.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** patentearam rendibilidades negativas, impactados não só pelo contexto global de subidas de taxas de juro mas também de aumento dos *spreads*. Para o alargamento destes prémios de risco influíram os indícios de abrandamento económico e os receios de maior fragilidade de algumas empresas, numa conjuntura de deterioração das condições de financiamento. No caso específico dos segmentos de crédito de emissões em euros, os diferenciais foram também afetados pela maior exposição das empresas europeias aos efeitos do conflito militar na Europa de Leste. Já nos denominados em dólares, pese embora as perdas na generalidade dos setores, os de consumo discricionário averbaram as subidas mais expressivas de *spreads*, refletindo a sensibilidade superior aos distúrbios nas cadeias de produção vivenciados e às pressões inflacionistas. Relativamente aos volumes totais de novas emissões corporativas, tanto na Europa como nos EUA, observou-se uma redução face ao ano transato. No caso dos novos títulos do setor financeiro, denotou-se uma divergência entre as duas moedas, com a relativa estabilidade nos montantes emitidos em dólares a contrapor-se ao aumento em euros. Por último, o contexto corporativo subsistiu relativamente favorável, contudo, foi notado um aumento das taxas de incumprimento a nível global. Esta conjuntura foi, aliás, frisada pelas principais agências de risco de crédito, as quais destacamos que o enquadramento macroeconómico incerto e os riscos para o crescimento podem condicionar materialmente a qualidade de crédito das empresas.

Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2021	2022
Obrigações do Tesouro		
EUA	-2,3%	-12,5%
Área Euro	-3,5%	-18,5%
Alemanha	-2,7%	-17,8%
Itália	-3,0%	-17,2%
Portugal	-1,7%	-16,7%
Obrigações de Dívida Privada - Crédito		
<i>Investment Grade</i> em dólares	-1,0%	-15,8%
<i>Investment Grade</i> em euros	-1,0%	-13,7%
<i>High Yield</i> em dólares	5,3%	-11,2%
<i>High Yield</i> em euros	3,4%	-10,6%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Na classe de **Ações** verificaram-se perdas na maioria dos mercados, ao serem influenciados pela implementação de políticas monetárias mais restritivas, por parte dos principais bancos centrais, num ambiente de abrandamento da atividade. Neste contexto, no agregado de desenvolvidos, as quedas mais acentuadas registaram-se nos mercados dos EUA e da Área Euro, este último, penalizado também pela sua maior exposição aos efeitos do conflito militar na Europa de Leste. Em contraposição, esteve o desempenho positivo do mercado do Reino Unido, ao ser suportado pela forte desvalorização da libra, face à maioria das moedas globais, que evidenciou a maior queda anual desde o *Brexit*. Uma



nota também para o índice de referência nipónico, cujo registo ainda que negativo, foi comparativamente mais favorável aos dos seus congéneres, beneficiando da continuação da implementação de políticas monetárias acomodatócias, numa clara divergência face aos bancos centrais dos principais países desenvolvidos. A desvalorização do agregado de emergentes, por seu turno, foi mais acentuada que a de desenvolvidos, em especial pelo contributo das quedas dos mercados asiáticos, em função das tensões diplomáticas na região, nomeadamente a retórica mais belicista da Coreia do Norte e os exercícios militares da China ao largo de Taiwan, e do abrandamento da atividade nesta geografia. Na região, destacou-se em particular a evolução negativa do mercado acionista da China, cujas perdas refletiram também o aumento substancial de casos de COVID-19 e a fragilidade do setor imobiliário. No bloco emergente realçou-se pela positiva o Brasil, cujos ganhos realizados nos primeiros meses do ano, alicerçados em dados económicos favoráveis, colmataram as perdas associadas à instabilidade política no país observada nos últimos meses do ano. No que concerne aos resultados empresariais, destacaram-se as surpresas positivas, tanto ao nível dos lucros como das vendas, em especial na Área Euro. Já em termos de performance setorial, a generalidade a nível global evidenciou perdas, perante os receios de que uma recessão induzida pela subida de taxas diretoras dos principais bancos centrais culmine na erosão dos resultados da maioria das empresas, constituindo a exceção o de energia, suportado pela subida das cotações de mercado.

No que concerne ao **Mercado Cambial**, o dólar demonstrou um perfil de apreciação generalizada, tanto face às moedas do bloco desenvolvido como às dos países emergentes, com o índice dólar, um cabaz que compara a referida moeda contra as de seis países desenvolvidos, a finalizar o ano com uma valorização superior a 8,0%. Esta dinâmica resultou do aperto da política monetária, por parte da *Fed*, consideravelmente superior ao que era antecipado pelos participantes em mercado e comparativamente mais célere e significativo do que o implementado por outras autoridades monetárias. A referida postura adveio da evolução das métricas de preços que se cifrou substancialmente acima do objetivo de estabilidade de preços. Por seu turno, o euro patenteou um perfil misto face às principais moedas dos países desenvolvidos, bem como de emergentes. O comportamento adveio da maior prudência por parte do BCE em iniciar o processo de normalização de política monetária, face a outros bancos centrais, tal como a maior incerteza relativamente ao desempenho económico dada a maior exposição às consequências económicas da invasão russa da Ucrânia, nomeadamente no mercado de energia e de bens alimentares.

Mercado Cambial (variações face ao euro)		
	2021	2022
Dólar americano	7,4%	6,2%
Iéne	-3,6%	-6,7%
Libra	6,3%	-5,0%
Franco suíço	4,2%	4,8%
Dólar canadiano	8,2%	-0,9%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** encerrou o ano com ganhos, suportada pela apreciação dos segmentos de energia e de agricultura, com os preços dos bens em ambas a refletir as disrupções geradas pelo conflito militar na Europa de Leste. Em particular, no de energia, salientaram-se as subidas expressivas das cotações do petróleo e do gás natural, sobretudo na primeira metade do ano, influenciados pela imposição de sanções internacionais à Rússia, que no caso do gás natural geraram o risco de escassez desta fonte energética na Europa, dado o país constituir um dos maiores produtores mundiais e o principal fornecedor europeu. No que concerne à evolução positiva do segmento da agricultura, terá sido crucial, em adição ao supramencionado, o aumento das importações de diversos países concomitantemente à reabertura das economias após a COVID-19, num contexto de redução



da produção de diversos cereais, em grande parte devido a condições climáticas desfavoráveis. No que respeita ao segmento de metais industriais, o desempenho no ano foi negativo, influenciado pelos indícios de abrandamento global, embora tenha sido inicialmente suportado pela suspensão de capacidade produtiva na Europa e na China. De referir também o segmento de metais preciosos, cujas perdas refletiram a apreciação do dólar e o contexto global de subida de taxas de juro.

3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

Em 2022, o mercado imobiliário em Portugal apresentou fortes fundamentais que suportaram a sua resiliência e, consequentemente, bons retornos, apesar do contexto de incerteza macroeconómico. O imobiliário comercial, muito alicerçado na componente de rendimento dos imóveis, apresentou-se estável ao longo do ano, por via de uma forte procura e reduzida oferta. O elevado número de negócios concretizados, evidencia que Portugal continua a ser beneficiado por investidores internacionais, o que contribuiu para a *performance* registada. Paralelamente, e apesar da medida governativa quanto à limitação da atualização das rendas, o facto destas se encontrarem indexadas à inflação, característica idiossincrática do imobiliário português, também favoreceu a procura de ativos imobiliários.

O setor Industrial e Logística evidenciou um volume de investimento permaneceu em níveis elevados, devido sobretudo à escassez da oferta e continuou a apresentar uma *performance* positiva.

No setor de Escritórios, a procura apresentou igualmente um comportamento positivo, apesar da ligeira subida de *yields* que ocorreu no final do ano.

Os critérios de sustentabilidade são cada vez mais valorizados pelos investidores. Os benefícios associados a edifícios sustentáveis, como por exemplo custos operacionais mais reduzidos, melhoria do conforto, saúde e produtividade, contribuem para a valorização e atratividade comercial dos imóveis. De acordo com estudos efetuados em mercado, existe um acréscimo de rendimento para edifícios certificados, independentemente do ano de construção. O número de imóveis com certificações continua a aumentar em toda a Europa, sendo mais rapidamente ocupados em detrimento de outros não certificados, apresentando em média, dependendo da sua localização, área e histórico de renovação, um prémio em termos de rendimento.

4. PERSPETIVAS PARA 2023

Os efeitos dos eventos que marcaram o ano transato continuarão a demonstrar-se relevantes, em particular as consequências do conflito militar na Ucrânia e a mudança de um regime monetário, de suporte à economia, para outro dominado pelo controlo da inflação.

Os bancos centrais, apesar de reconhecerem que boa parte da inflação é causada por condicionalismos no lado da oferta, encontram-se a agir na vertente da procura. Ao apertarem as condições financeiras, de modo a causarem uma convergência da procura com a oferta disponível, aumentam o risco de um abrandamento mais severo da atividade do que o atualmente perspetivado. No entanto, existem evidências que algumas das pressões que afetaram os preços podem estar já a amenizar, particularmente em termos de perturbação nas cadeias de abastecimento e de transporte globais. A título de exemplo, assiste-se, desde meados de 2022, à redução dos preços do frete aéreo, marítimo e terrestre, o que em parte reflete o facto de os constrangimentos causados pela COVID-19 encontrarem-se a diminuir. Assim, no exercício de perspetivas para 2023, a questão mais importante não é somente o quão a inflação irá moderar, mas também o quão severa será uma recessão, que já é dada como bastante provável em algumas economias.



Caso a inflação demonstre uma tendência clara e consistente de abrandamento, os bancos centrais poderão moderar o ritmo de aperto que estão a gerar na economia. Neste âmbito, existem sinais que suportam a expectativa de desaceleração da inflação. Nos EUA, a variação homóloga do índice de preços no consumidor, após registar um máximo em junho, diminuiu nos últimos meses. Esta evolução deverá perdurar ao longo do ano, possibilitada pela maior estabilidade, ou inclusivamente, queda dos preços da energia e pelo abrandamento dos custos da habitação, já visível nos dados recentes do mercado residencial norte-americano. Em comparação, na Área Euro, o início desta tendência poderá estar atrasada em cerca de um semestre. No entanto, são atualmente visíveis alguns indícios que nos últimos meses se esteve perante os níveis mais elevados da inflação na região ou que já se encetou um contexto de moderação das variações homólogas dos preços. Desta forma, em dezembro, a inflação do bloco europeu apresentou o segundo mês sucessivo de redução, após o máximo de quase 11% atingido em outubro, com o menor contributo da componente de energia a demonstrar-se relevante para este abrandamento.

No entanto, mesmo que o contexto de abrandamento da inflação perspetivado se realize, na ausência de uma contração pronunciada da atividade, as autoridades monetárias não deverão reverter no curto prazo as medidas de restritividade implementadas ou anunciadas. Perante esta perspetiva, a *Fed*, após colocar as taxas diretoras num patamar considerado restritivo, no início de 2023 poderá ainda decretar aumentos das *Fed Funds* em pelo menos mais duas reuniões de política monetária, sendo estes previsivelmente menores que os decididos nas últimas reuniões. Adicionalmente, a instituição já demonstrou a intenção de manter as taxas em níveis elevados por algum tempo, para gerar condições financeiras suficientemente restritivas para assegurar que a inflação converge, de forma consistente, para o objetivo de longo prazo. Na Área Euro, o Banco Central Europeu, após o aumento das taxas diretoras decidido na reunião de dezembro, possivelmente colocou estas referências apenas num patamar de neutralidade, ou seja, que não impulsionam nem restringem a atividade económica. Deste facto poderá depreender-se que a autoridade monetária terá ainda um caminho mais longo a percorrer, que a sua congénere americana, especialmente atendendo ao contexto de inflação mais incerto na região.

Ao nível da atividade económica, os efeitos das políticas monetárias mais restritivas far-se-ão sentir em muitos setores, tais como o imobiliário, com algumas instituições internacionais, como o FMI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a apresentarem perspetivas cautelosas para o crescimento global em 2023, que será provavelmente um dos mais baixos das últimas duas décadas, se excluirmos a Crise Financeira e a pandemia. Em específico, os custos de financiamento mais elevados estão a condicionar não só a procura de bens de consumo, mas também do investimento das famílias em habitações e em bens duradouros. Contudo, o enquadramento em que este condicionalismo criado pelos bancos centrais ocorre apresenta-se mais benigno que o que precedeu recessões passadas, como a de 2008. Em primeiro lugar, nos últimos anos não se assistiu a um forte investimento em capacidade instalada como o observado antes da Crise Financeira de 2008, o que significa uma probabilidade menor de observarmos um excesso de oferta e, conseqüentemente, uma queda substancial dos preços. Em segundo lugar, os financiamentos recentes são efetuados com rácios de endividamento mais robustos. Finalmente, nos EUA, o impacto de taxas mais elevadas será possivelmente menos severo, dado que uma percentagem relativamente baixa das famílias detém atualmente empréstimos com taxas variáveis, o que compara com um valor superior em 2007.

Na Europa, o principal risco está mais relacionado com os efeitos do possível racionamento da energia, uma das consequências do conflito militar na Ucrânia e das sanções que a UE impôs à Rússia, o maior fornecedor de gás natural da região. No entanto, este risco poderá estar a diminuir, devido a uma combinação dos cortes no consumo já realizados e com a substituição de fornecedores. Adicionalmente, a Europa registou um outono mais ameno e, como resultado, apresenta níveis elevados de armazenamento. Em adição, as famílias europeias estão mais suscetíveis aos aumentos das taxas de juro, dado que, comparativamente às americanas, uma maior percentagem dos financiamentos são efetuados a taxa variável.



Em paralelo, a eliminação gradual das restrições impostas para o controlo da pandemia, que possibilitou a recuperação da atividade em muitas economias durante os últimos dois anos, poderá continuar a gerar um impulso positivo em algumas geografias. A China é atualmente a única grande economia onde ainda existem algumas restrições à mobilidade. Em 2022, esta região enfrentou um conjunto de desafios diferentes dos que afetaram a maioria do bloco desenvolvido. Os baixos níveis de eficácia da vacinação e um sistema de saúde considerado menos preparado para enfrentar a pandemia da COVID-19 foram possivelmente as razões que tornaram as autoridades chinesas mais relutantes em flexibilizar as medidas de controlo. Contudo, a manutenção destas demonstrou-se insustentável, estando já o país a flexibilizá-las, o que deverá permitir a aceleração da atividade.

No que respeita aos principais mercados financeiros, após os desempenhos negativos observados em 2022, o presente ano inicia-se com métricas de valorização consideradas atrativas, refletindo a menor complacência dos investidores com os riscos potenciais. Contudo, consideramos que 2023 será um ano desafiante, na medida em que os investidores migram os seus receios dos riscos decorrentes da permanência da inflação em patamares elevados para os relacionados com um possível contexto de recessão. No entanto, perspetivamos, que durante o ano os principais mercados possam recuperar parte das perdas registadas em 2022, à medida que os bancos centrais moderam e, inclusivamente, cessam a implementação de novas medidas de restritividade monetária.

Ao nível da classe acionista, as estimativas dos lucros das empresas poderão ser revistas em baixa, mas este facto, após a forte queda das métricas de valorização ao longo dos últimos meses, possivelmente já se encontra descontado em mercado. A postura de promoção de políticas monetárias mais restritivas, demonstrada pelos principais bancos centrais, pode ter resultado na antecipação do ambiente de desvalorização da classe, face ao comportamento típico em ciclos anteriores. Apesar do contexto económico perspetivado para 2023 ser incerto, ao nível da classe de ações ter-se-ia de regressar ao contexto dos anos de 2000 a 2002 para se encontrar um período em que as ações globais evidenciaram perdas durante dois anos consecutivos.

No que respeita à classe de rendimento fixo, os patamares atingidos pelas yields são dos mais elevados em muitos anos. A aceleração da inflação, a par com a normalização de políticas monetárias, promoveram a desvalorização significativa destes ativos desde os máximos do início de 2020, com alguns mercados a registarem a maior queda das últimas quatro décadas. Na conjuntura atual, o movimento ascendente das yields em muitas geografias foi mais célere e significativo que na maioria dos anteriores, em função da alteração significativa da postura dos bancos centrais. Contudo, a expectativa de moderação da inflação e de abrandamento global poderão permitir a estas autoridades monetárias evidenciarem uma retórica menos restritiva que a demonstrada recentemente e, em consequência, verificar-se uma estabilização ou, inclusivamente, uma recuperação da classe.

O mercado imobiliário português, apesar dos riscos advenientes de um contexto macroeconómico mais desfavorável, deverá continuar a apresentar fortes fundamentais, nomeadamente, mas não limitando, devido à elevada procura por parte de empresas e particulares. Ainda que se antecipem potenciais desvalorizações na componente do capital no curto/médio prazo, estas não deverão ter um impacto significativo na *performance* desta classe de ativos.

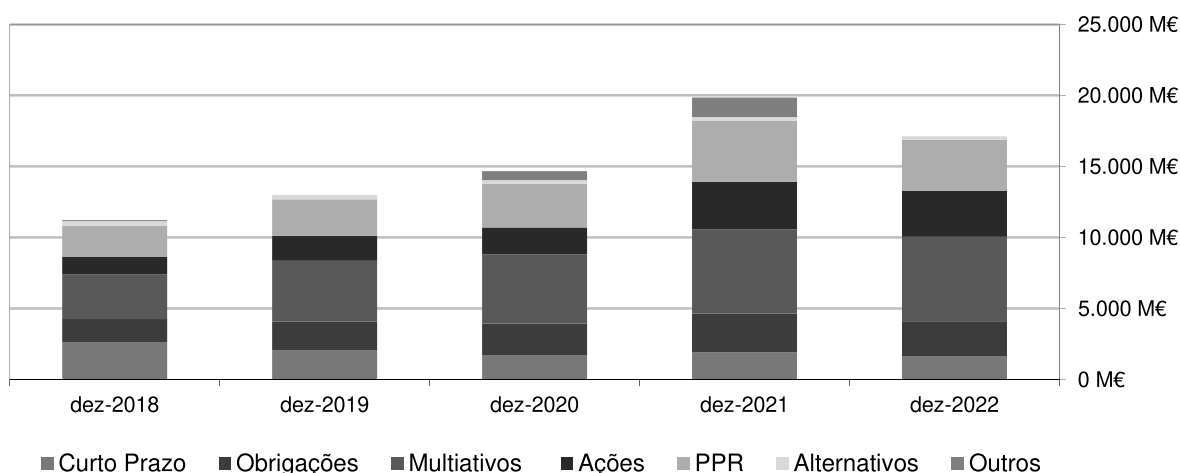


5. GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL

Fundos de Investimento Mobiliário

Em 2022, os fundos de investimento mobiliários geridos por Sociedades Gestoras nacionais encerraram o ano com um valor de ativos sob gestão de 17.131 milhões de euros, o que reflete uma diminuição de 13,8% (-2.728 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Por seu lado, o número de fundos em atividade aumentou, no decurso do ano, de 158 para 164 fundos.

No final do ano, as quatro maiores Sociedades Gestoras nacionais de fundos de investimento mobiliário concentravam 90,1% do mercado, valor semelhante ao do ano anterior (90,4%). A Caixa Gestão de Ativos registou um crescimento da sua quota de mercado de 35,0% para 36,6%, do final do ano de 2021 para o final de 2022. A Sociedade Gestora é seguida, em termos de quota de mercado, pelas Sociedades Gestoras IM GA com 21,0%, BPI GA com 17,0% e Santander com 15,4%.



Por tipologia de fundos, com exceção dos fundos Multiativos, todos os segmentos apresentaram um decréscimo dos montantes sob gestão em 2022, com maior expressão nos Planos de Poupança Reforma/ OICVM (-16,1%) e nos fundos de curto prazo/ mercado monetário (-15,1%).

Os fundos Multiativos representam no ano de 2022, no seu conjunto, o segmento de mercado mais expressivo em Portugal com uma quota de mercado de 34,9% e um crescimento do montante sob gestão de 1,2% face ao ano anterior, seguido dos fundos Planos de Poupança Reforma/OICVM, com uma quota de 21,1%, apesar da redução de 16% desse montante.

Fonte: CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – Estatísticas periódicas - Valores a 31 de dezembro de 2021

Gestão discricionária de carteiras

De acordo com o relatório estatístico da CMVM de setembro de 2022, o valor dos ativos sob gestão individual de carteiras em Portugal diminuiu 10,62% para 32.869 milhões de euros, desde o início do ano.

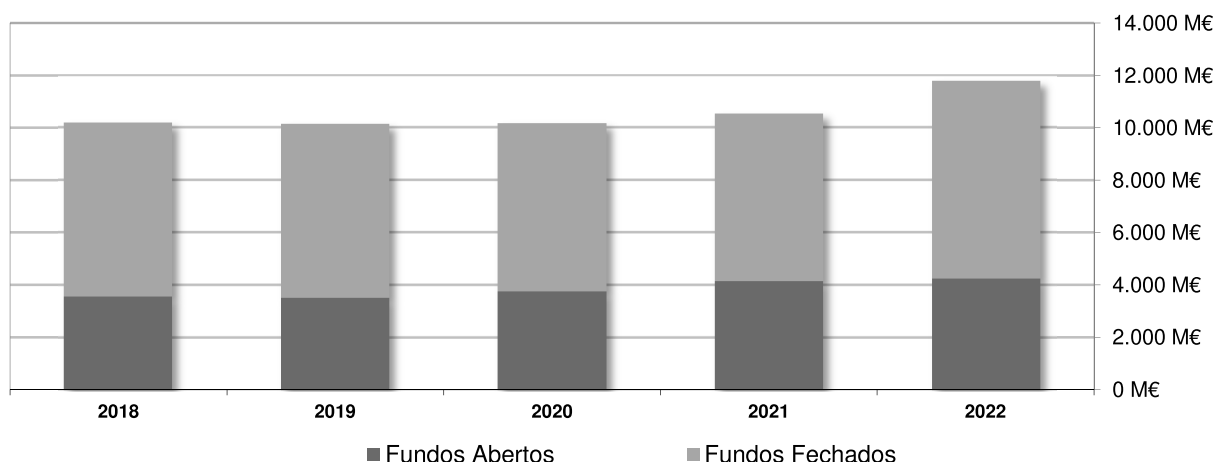
A Caixa Gestão de Ativos liderava este segmento de mercado no trimestre, com uma quota de 24,7%, correspondente a 8.115,5 milhões de euros de ativos sob gestão, seguida do Santander Asset Management (15,6%) com 5.122,9 milhões de euros, e do Banco Comercial Português (13,7%) com 4.921,5 milhões de euros.

Fonte: CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – Estatísticas periódicas - Valores a 30 de setembro de 2022



Fundos de Investimento Imobiliário

No final de 2022, o montante dos ativos sob gestão dos fundos de investimento imobiliário e dos fundos especiais de investimento imobiliário ascendia a 11.762,6 milhões de euros (M€), o que traduz um crescimento de 1.241 M€, ou seja de 11,8%, em relação ao final de 2021.



Analisando o ano de 2022, verifica-se que a totalidade do investimento se encontrava aplicada exclusivamente em ativos imobiliários de países da União Europeia, sendo 77,8% em construções acabadas, 11,2% em terrenos e 10,6% em projetos de construção. Numa análise por segmento de atividade, conclui-se que estes imóveis se enquadravam predominantemente no setor dos serviços (39%) e do comércio (26%).

No final do ano, existiam 211 fundos imobiliários em atividade, mais 18 do que no fim do ano 2021. As dez maiores gestoras concentravam 61,5% do mercado, destacando-se a Square AM com uma quota de 12,3%, a Interfundos com uma quota de 8,9% e a Caixa Gestão de Ativos com uma quota de 7,7%.

Fonte: CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – Estatísticas periódicas - Valores a 31 de dezembro de 2021

6. ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

Fundos de Investimento

O ano de 2022 foi caracterizado por um crescente agudizar do sentimento de *risk-off* dos investidores, com as principais classes de ativos a desvalorizarem de uma forma contínua ao longo do ano, decorrente de eventos que perduraram no tempo. O conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, a inflação galopante, principalmente na Europa e EUA, a retórica de subida das taxas de juro por parte dos bancos centrais como medida de controlo da espiral de inflação, criou um sentimento de desinvestimento em Clientes com ativos expostos ao mercado, e um adiar de decisões de novo investimento para Clientes não expostos ao mercado.

Apesar deste enquadramento de mercado desfavorável, a Caixa Gestão de Ativos reforçou a sua posição de liderança nos FIM, com uma quota de mercado de 36.6% e com subscrições líquidas positivas em alguns segmentos de fundos.

A divulgação permanente de informação atualizada sobre o enquadramento macroeconómico e a visão de mercados, o acompanhamento muito próximo dos Clientes e dos canais de distribuição, a confiança na marca CGD e na Caixa Gestão de Ativos, foram decisivos na retenção e captação de novos Clientes e de novos montantes.



Em dezembro foi lançado um novo fundo, o Caixa Obrigações 2025, com a finalidade de colmatar uma tendência de procura por fundos com remuneração objetivo.

milhões de euros

	2020	2021	2022	Var 2022/2021
Fundos de Curto Prazo	629	455	298	-34,4%
Fundos de Obrigações	450	486	615	26,6%
Fundos Multiativos	1.952	2.841	2.285	-19,6%
Fundos de Ações	1.277	2.323	2.305	-0,8%
Fundos Alternativos	255	251	228	-8,8%
Fundos PPR	235	596	537	-10,0%
Total	4.798	6.952	6.268	-9,8%

Gestão Discricionária de Carteiras e Consultoria para Investimentos

Durante o ano de 2022, o volume sob gestão relativamente à Gestão Discricionária de Carteiras decresceu cerca de 1.108 milhões de euros devido a reembolsos da carteira de um grande Cliente Institucional e o valor da Consultoria para Investimentos registou uma diminuição 422 milhões de euros. No final do ano o montante sobre gestão e aconselhamento na Caixa Gestão de Ativos era de 6.813 milhões de euros.

Milhões de euros

	2020	2021	2022	Var 2022/2021
Gestão Discricionária de Carteiras*	6.133	5.687	4.579	-19,5%
Consultoria para Investimentos	2.622	2.656	2.234	-15,9%
Total	8.755	8.343	6.813	-18,3%

* O montante de Gestão Discricionária não inclui Fundos de Pensões

Fundos Imobiliários

No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos totalizava 909 milhões de euros, incluindo o fundo imobiliário aberto Fundimo e sete fundos fechados de subscrição particular. Durante o ano registou-se liquidação do fundo fechados Multinvest.

milhões de euros

	2020	2021	2022	Var 2022/2021
Fundo Fundimo	609	697	669	6,8%
Fundos Fechados	322	265	240	-9,5%
Total	931	892	909	1,9%

Em 2022, o Fundo Fundimo continuou a apresentar uma performance sólida e consistente, assente nos mesmos princípios basilares que a gestão tem vindo a delinear nos últimos anos.

Para tal, o acompanhamento contínuo e rigoroso da relação com todos os Arrendatários, procurando otimizar todas as variáveis dos contratos de arrendamento, os espaços ocupados e a monitorização do estado dos imóveis que integram a carteira, continuam a ser fatores cruciais para a performance apresentada pelo Fundo nos últimos anos.



O Fundo prosseguiu com a estratégia de alienação de ativos não estratégicos, nomeadamente os imóveis em que o Fundo detém participações reduzidas, bem como em localizações pulverizadas pelo país. Em termos de aquisições, o objetivo é investir em imóveis onde já existe representatividade, passando o a deter a propriedade da totalidade do imóvel.

Nos Fundos Fechados deu-se continuidade às várias ações tendentes ao desenvolvimento de projetos imobiliários em curso e à sua inerente promoção imobiliária, bem como à aquisição e à alienação de ativos, e manteve-se uma estratégia de acompanhamento dos imóveis com pontuais benfeitorias.

Evolução Financeira

Em 2022, o Produto Bancário aumentou para 30,3 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento 6% face ao período homólogo. Este aumento ficou a dever-se aos rendimentos de comissões de gestão e aconselhamento que totalizaram 30,9 milhões de euros, mais 6% que no ano anterior devido à dinâmica comercial na colocação de fundos, ainda que penalizada pela forte desvalorização dos mercados.

Os Encargos com o Pessoal aumentaram 9% para 7,6 milhões de euros, devido essencialmente à saída de um Colaborador por via de acordo de pré-reforma (tendo sido revertida a provisão constituída para o efeito), e ainda devido à alteração do critério de contabilização do prémios de desempenho, tendo passado a ser especializados no ano, o valor a pagar no ano seguinte.

Os Gastos Gerais Administrativos aumentaram 7% para 4,7 milhões de euros, devido sobretudo aos custos relacionados com os serviços de informação, os quais sofreram um aumento, devido essencialmente à depreciação do euro face ao dólar.

O Resultado Líquido do Exercício situou-se assim em 13,8 milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 10%, relativamente ao ano anterior.

7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração tem como objetivo que a Sociedade mantenha o seu sistema de Controlo Interno, e o melhor para o tornar ainda mais adequado e eficaz na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos, Gestão de Discricionária de Carteiras e Consultoria para Investimento.

A Sociedade tem, ao longo dos anos, consolidado os três pilares básicos do Sistema de Controlo Interno, designadamente, o Compliance, a Gestão de Riscos e a Auditoria Interna.

Um sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes Colaboradores da instituição, com vista a garantir três objetivos:

- a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo (objetivos de desempenho);
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de "Compliance"), incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das



recomendações dos supervisores, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

Para atingir os seus objetivos, o Conselho de Administração tem implementado e mantido ao longo do tempo, um sistema de controlo interno com adequadas atividades de controlo, mecanismos de avaliação, monitorização e implementação de planos de ação, que permitem assegurar uma gestão sã e prudente da Sociedade.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Como parte integrante do Grupo CGD, a Caixa Gestão de Ativos cumpre os princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, encontrando-se em vigor diversos normativos relativos a políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, de promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de valorização de recursos humanos e de responsabilidade económica e de salvaguarda da competitividade da empresa. É objetivo da Caixa Gestão de Ativos constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), entendidos como a ponderação na tomada de decisões de investimento, de considerações de ordem ambiental, social e de governo societário. A estratégia de ISR delineada pela Caixa Gestão de Ativos está em linha com o Programa Corporativo de Sustentabilidade definido pela CGD, o qual ambiciona acompanhar as tendências e as melhores práticas internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável.

No que se refere a iniciativas internacionais, sendo signatária desde 2019 dos Princípios para o Investimento Responsável (*PRI - Principles for Responsible Investment*) das Nações Unidas, a Caixa Gestão de Ativos aderiu em Setembro de 2022 à *Net Zero Asset Managers Initiative*, iniciativa global que congrega os esforços e comprometimento das sociedades gestoras de ativos internacionais signatárias com a descarbonização dos portfólios sob gestão, contribuindo desta forma para o objetivo de um nível de emissões de gases de estufa líquido nulo até 2050.

Este processo de adesão representou um passo natural, em função do compromisso estratégico da Sociedade Gestora de enfrentar os riscos e desafios associados às alterações climáticas, contribuindo desta forma para a mitigação e reversão do aquecimento global e alinhando a sua atuação com as melhores práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) na indústria de gestão de ativos.

A Caixa Gestão de Ativos acredita que faz parte do seu dever fiduciário disponibilizar soluções de investimento que incorporem os fatores ESG, para melhor gerir o risco das mesmas e potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo, ao mesmo tempo que robustece o seu perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário, e salvaguardar preocupações com o desenvolvimento sustentável que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.

Neste contexto, em 2022 a Caixa Gestão de Ativos reforçou a sua ambição de consolidar a realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, continuando a centrar a sua atuação em três vetores principais: 1) Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais; 2) envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão; e 3) Envolvimento com as Empresas que se enquadrem no universo potencial de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (*Engagement*).



No âmbito da estratégia de Sustentabilidade definida, a Sociedade Gestora utiliza uma metodologia de *rating* interna denominada Rating de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, que consolida diferentes abordagens/metodologias de análise em função da classe de ativos subjacente, garantindo desta forma uma cobertura transversal no que se refere à sustentabilidade das classes de ativos geridas pela Sociedade Gestora.

Em paralelo com a continuação do programa de formação das suas Equipas em torno da temática da sustentabilidade, em 2022 a Caixa Gestão de Ativos atualizou, por um lado, a sua Política de Investimento Socialmente Responsável (Política ISR), e por outro, a Declaração sobre as Políticas de Diligência Devida da Sociedade, dando visibilidade ao aumento do nível de ambição e exigência considerada na gestão das carteiras. Estes normativos, em articulação com a Política de Envolvimento e Política de Exercício de Direitos de Voto, enquadram a abordagem de investimento sustentável da Caixa Gestão de Ativos.

A Caixa Gestão de Ativos implementou, em Agosto, o questionário de “Preferências de Sustentabilidade do Investidor”, avaliando a adequação dos objetivos definidos pelos investidores para o seu património com a oferta da Sociedade no que se refere a indicadores de sustentabilidade.

A dezembro de 2022, a Caixa Gestão de Ativos, na prossecução da estratégia de integração de fatores ESG nos seus investimentos, gere um montante de ativos sob gestão de fundos de investimento que promovem características sociais e/ou ambientais e que cumprem com os pressupostos da Política ISR da Caixa Gestão de Ativos, permitindo a classificação dos Fundos como Artigo 8º ao abrigo do disposto no Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, designado por *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR), que representa 91,6% do total dos ativos sob gestão dos seus fundos de investimentos mobiliários.

9. PRINCIPAIS RISCOS

O processo de gestão de risco engloba quatro fases: Identificação, Avaliação, Monitorização e Mitigação, estando a sua implementação dependente da categoria e natureza dos riscos.

Na identificação dos riscos materiais a que a Sociedade se encontra exposta, a Caixa Gestão de Ativos considera o risco de compliance, o risco operacional, o risco dos sistemas de informação, o risco de estratégia e o risco de reputação como os mais importantes, sendo aqueles que poderão afetar significativamente a situação financeira da Caixa Gestão de Ativos.

- Risco de Compliance: A Caixa Gestão de Ativos entende como Risco de Compliance a probabilidade da Sociedade incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com Clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. As medidas adotadas para a resolução dos referidos incumprimentos são monitorizadas periodicamente. Esta abordagem é reportada ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, através do relatório de Compliance com periodicidade anual.
- Risco Operacional: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco operacional o risco de perdas resultante de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos.
- Risco de Sistemas de Informação: A Caixa Gestão de Ativos entende que a dependência nos sistemas de informação, sujeita a Sociedade à exposição ao risco resultante de problemas de



corrupção de dados, falhas nos equipamentos ou na sua indisponibilidade, vírus nas aplicações ou erros de programação. De forma a efetuar a gestão deste risco, a Caixa Gestão de Ativos aprovou a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a família de normas internacionais ISO/IEC 27000, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da sua informação, e integrado com as orientações da CGD nesta matéria.

- Risco de Estratégia: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco de estratégia o risco de perdas resultante de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das orientações estratégicas ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente. A Caixa Gestão de Ativos define prioridades estratégicas para um determinado período e desenha as ações a serem desenvolvidas para atingir esses objetivos. Este plano estratégico é partilhado com todos os Colaboradores. Regularmente a Comissão Executiva e o Conselho de Administração acompanham a execução destes planos estratégicos em sede de comités ou de reuniões desses mesmos órgãos.
- Risco de Reputação: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco de reputação o risco de perdas resultante da perceção negativa da imagem pública da Sociedade, por parte de entidades externas e internas, tais como Clientes, investidores, fornecedores, etc., com impacto no Grupo CGD e na atitude concreta de Clientes e institucionais nos produtos e soluções de investimento da Sociedade gestora e do Grupo CGD. Este risco, pela sua natureza, não é facilmente mensurável, pelo que a Sociedade, consciente de que ele existe e poderá ter um impacto negativo nos resultados, tem procurado, através da adoção de práticas de bom governo, munir a instituição dos mais elevados padrões de integridade e honestidade. A Caixa Gestão de Ativos considera que a atuação de forma competente e profissional de todos os Colaboradores da instituição, conjugada com o cumprimento das disposições legais e regulamentares, permitem à instituição monitorizar o risco de reputação de forma eficiente.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., no valor de 13.794.827,15 euros (treze milhões, setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e sete euros e quinze cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a Reserva Legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas – e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os Clientes;



- A todos os Clientes dos Fundos de Investimento e das Carteiras geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos Colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **PAULA CRISTINA CÂNDIDO GEADA**
Num. de Identificação: 08866338
Data: 2023.03.09 15:54:24+00'00'



Assinado por: **Ana Cristina do Vale Brízido**
Num. de Identificação: 10758603
Data: 2023.03.06 15:19:03+00'00'
Certificado por: **SCAP.**
Atributos certificados: **Administrador de CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGOIC, S.A..**



Assinado por: **José Pedro Gomes Rodrigues**
Num. de Identificação: 08684675
Data: 2023.03.03 19:27:19+00'00'





11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		45,442,299	41,148,213
Depósitos à ordem	4	45,442,299	41,143,213
Depósitos a prazo	4	-	5,000
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		57,112	286,696
Títulos de dívida	5	57,112	286,696
Ativos tangíveis		378,759	401,914
Ativos fixos tangíveis	6	378,759	401,914
Ativos intangíveis		4,956	9,201
Outros ativos intangíveis	7	4,956	9,201
Ativos por impostos		366,985	412,389
Ativos por impostos correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos	9	366,985	412,389
Outros ativos	8	17,148,037	18,797,514
Ativos Totais		63,398,148	61,055,927
PASSIVO			
Provisões		671,100	1,410,398
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	19	580,685	1,191,986
Outras provisões	19	90,415	218,412
Passivos por impostos		8,773,784	6,765,819
Passivos por impostos correntes	9	8,773,784	6,765,181
Passivos por impostos diferidos	9	-	638
Outros passivos	10	14,166,904	14,523,356
Passivos Totais		23,611,788	22,699,573
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital		9,300,000	9,300,000
Capital realizado	11	9,300,000	9,300,000
Prémios de emissão	11	195,192	195,192
Outro rendimento integral acumulado		(10,001)	1,114
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	12	(10,001)	1,114
Outras reservas		16,506,342	16,364,788
Outros	12	16,506,342	16,364,788
Resultado líquido do exercício	12	13,794,827	12,495,259
Capital Próprio Total		39,786,360	38,356,353
Capital Próprio Total e Passivos Totais		63,398,148	61,055,927

O anexo faz parte integrante do balanço findo em 31 de dezembro de 2022.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
Rendimentos de juros	13	4,277	4,970
Encargos de juros	13	(3,986)	(4,202)
MARGEM FINANCEIRA		291	768
Rendimentos de taxas e comissões	14	30,946,790	29,313,990
Encargos de taxas e comissões	14	(2,170,851)	(2,501,486)
Ganhos ou perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	(3,586)	(3,803)
Diferenças cambiais (valor líquido)		444	100
Outros rendimentos operacionais	15	1,635,761	1,776,584
Outras despesas operacionais	15	(100,874)	(109,463)
PRODUTO BANCÁRIO		30,307,975	28,476,690
Encargos administrativos			
Encargos com pessoal	16	(7,618,353)	(7,004,619)
Outros encargos administrativos	18	(4,692,297)	(4,366,445)
Depreciações	6 e 7	(45,458)	(73,467)
Provisões e reversão de provisões	19	739,298	(515,008)
Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros	8	128,112	443,070
LUCROS OU PREJUÍZOS ANTES DE IMPOSTO		18,819,278	16,960,221
Impostos			
Correntes	9	(4,977,151)	(4,697,668)
Diferidos	9	(47,299)	232,706
		(5,024,451)	(4,464,962)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13,794,827	12,495,259
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL			
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos/(perdas) de avaliação imputados ao capital próprio	9	(13,649)	(3,555)
Efeito fiscal	9	2,534	545
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Desvios atuariais e financeiros			
Ganhos/(perdas) imputados ao capital próprio	17	182,651	(66,828)
Efeito fiscal	9	(41,096)	15,036
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO		13,925,267	12,440,457
Número médio de ações ordinárias emitidas		1,860,000	1,860,000
Resultado líquido por ação		7.42	6.72
Número médio de ações ordinárias emitidas		1,860,000	1,860,000
Resultado integral por ação		7.49	6.69

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital	Prêmios de emissão	Outro rendimento integral acumulado	Lucros retidos	Outras reservas			Resultado líquido do exercício	Total
					Reserva Legal	Reservas Livres	Outras reservas		
Saldos em 31 de dezembro de 2020									
Aplicação do resultado do exercício anterior	9,300,000	195,192	4,124	-	9,300,000	10,154,295	364,046	8,513,240	37,830,897
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(3,401,760)	-	(8,513,240)	(11,915,000)
Rendimento integral do exercício	-	-	(3,010)	-	-	-	-	-	(3,010)
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	(51,792)	-	(51,792)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-	12,495,259	12,495,259
Resultado líquido do exercício	9,300,000	195,192	1,114	-	9,300,000	6,752,535	312,253	12,495,259	38,356,352
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	(12,495,259)	(12,495,259)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	(11,115)	-	-	-	-	-	(11,115)
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	141,555	-	141,555
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-	13,794,827	13,794,827
Resultado líquido do exercício	9,300,000	195,192	(10,001)	-	9,300,000	6,752,535	453,808	13,794,827	39,786,361
Saldos em 31 de dezembro de 2022									

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio de 31 de dezembro de 2022.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de fundos de investimento e de clientes de gestão discricionária		35,537,100	33,816,536
Pagamentos de comissões de comercialização e de depositário		(2,128,320)	(2,339,653)
Pagamentos a fornecedores		(4,038,236)	(3,032,478)
Pagamentos ao pessoal		(6,532,955)	(4,853,247)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(3,216,543)	(3,951,837)
Fluxos gerados pelas operações		19,621,046	19,639,322
Pagamento de impostos sobre o rendimento		(3,009,644)	(305,589)
Fluxos das atividades operacionais		16,611,402	19,333,733
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		5,000	-
Juros e rendimentos similares		5,277	5,235
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		219,800	(65,585)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		-	(10,800)
Fluxos das atividades de investimento		230,077	(71,150)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos provenientes de:			
Juros e custos similares		(9,676)	(4,968)
Amortização de contratos de locação financeira		(37,456)	(43,268)
Dividendos	12	(12,495,259)	(11,915,000)
Fluxos das atividades de financiamento		(12,542,392)	(11,963,236)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes:		4,299,087	7,299,348
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		41,143,213	33,843,867
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	45,442,299	41,143,213

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., anteriormente denominada de Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixa Gestão de Ativos”), foi constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1990. A Sociedade, com sede na Av. João XXI em Lisboa, tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário e imobiliários, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa àqueles ativos.

No âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019, com efeitos a 1 de janeiro de 2019, concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos de investimento mobiliário e imobiliários, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 20.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. Consequentemente, a gestão da Caixa Gestão de Ativos é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 22.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO**2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho).

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, expressas em euros, não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2023. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados pelo justo valor. O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.



Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões

Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliários e imobiliários. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Acresce referir que, na sequência da alteração do RGOIC do n.º 2 do artigo 139.º do RGOIC, com efeitos a partir de 2020, as comissões de comercialização passaram a ser suportadas pelos Fundos, sendo que a repartição do valor da comissão de gestão entre Sociedade Gestora e a entidade comercializadora encontra-se definida nos Regulamentos de Gestão dos Fundos.

Comissão de gestão discricionária de carteiras

Esta comissão é cobrada trimestral ou anualmente aos Clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de ativos geridas no final de cada mês ou sobre o respetivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixa Gestão de Ativos não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

Comissão de aconselhamento

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus Clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de performance

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras e de gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

Comissões de consultoria

Destinam-se a remunerar a Sociedade pela prestação de serviços diversos, nomeadamente em matéria de aconselhamento na área imobiliária e prestações de serviços diversos conexos e correspondem a uma taxa fixa anual sobre o valor líquido global dos fundos imobiliários, e um valor fixo mensal, relativamente aos serviços prestados. As comissões são cobradas trimestralmente e, sempre que aplicável, são registadas na rubrica “Outros Rendimentos Operacionais” da demonstração dos resultados (Nota 15).



Comissões de research

Custos com estudos de investimento, indispensáveis à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da Sociedade Gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. Estes custos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras sob gestão, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos fixos tangíveis utilizados pela Caixa Gestão de Ativos para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício na rubrica “Outros encargos administrativos”.

As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8
Equipamento de transporte	4

O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objeto de depreciação.

d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixa Gestão de Ativos. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre 3 e 5 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos Colaboradores

A Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de conceder aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os Colaboradores da Caixa Gestão de Ativos, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Para cobertura das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, a Sociedade subscreve unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo, do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Moderado e do Fundo Caixa



Reforma Rendimento anteriormente denominados Caixa Reforma Ativa, Caixa Reforma Valor e Caixa Reforma Prudente, respetivamente.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “*Projected Unit Credit*” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 121,76 % e 100,73% respetivamente (Nota 17).

Adoção da versão revista da IAS 19

Na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, a Sociedade alterou em 2013 a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral).

Adicionalmente, a Sociedade regista na rubrica de “Encargos com o pessoal” da demonstração dos resultados os seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes; e
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma e sobrevivência (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades no início do período (Nota 17).

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de reservas (Outro rendimento integral).

Adicionalmente existe o Plano de Pensões Caixagest – Caixa Gest3o de Ativos financiado através da Ades3o Coletiva nº 2 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo (anteriormente designado Caixa Reforma Ativa), da Ades3o Coletiva nº 1 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Moderado (anteriormente designado Caixa Reforma Valor) da ades3o coletiva nº 1 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Rendimento (anteriormente designado Caixa Reforma Prudente) e consubstancia-se num Plano de Contribuiç3o Definida, contributivo, independente da Segurança Social, tendo como objetivo



garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade).

Foi/ será criada, em cada adesão coletiva que financia o presente Plano, uma conta designada residual destinada a nela serem creditados todos os montantes que não devam ser creditados na contas individuais de cada Participante, designadamente, valores resultantes de transferência de saldos do Associado em outros fundos de pensões ou outros veículos de financiamentos de plano de pensões, saldos das contas dos Participantes sobre os quais não cheguem a constituir se direitos adquiridos, bem como saldos das Contas Base e Base BD de Participantes que venham a falecer em efetividade de serviço sem que haja lugar ao pagamento de benefício de sobrevivência.

O financiamento do Plano de Pensões fica a cargo do Associado, podendo também os Participantes que tenham vínculo laboral com o mesmo realizar, voluntariamente, contribuições a seu próprio favor. O Associado efetuará contribuições periódicas mensais e postecipadas. O Associado, poderá ainda sempre que considere conveniente, realizar contribuições extraordinárias ocasionais.

Outros benefícios de longo prazo - A Caixa Gestão de Ativos tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, como sejam as responsabilidades com reformas antecipadas.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados, conforme disposições do IAS 19 – “Benefícios dos empregados” relativamente à natureza dos benefícios identificados.

f) Impostos

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 21% nos exercícios de 2022 e 2021.

Os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no apuramento de impostos fosse de 22,5%.

A Sociedade está sujeita ainda a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, e de 9%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuadas pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira com a Caixa Geral de Depósitos, S.A.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é o correspondente ao prazo de reporte do prejuízo fiscal, se superior. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2019 a 2022. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da



Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estima que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e desvios atuariais.

g) Locações

A IFRS 16 – Locações, com aplicação obrigatória para exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019, estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

A IFRS 16 introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspectiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos, exceto quando estes apresentem um prazo inferior a doze meses ou em que o ativo subjacente tenha um valor residual.

Para efeitos de transição, a Sociedade aplicou a metodologia retrospectiva modificada aplicando com referência a 1 de janeiro de 2019, tendo optado também por aplicar o expediente prático permitido pela norma de não reavaliar, à data da transição, se um contrato é, ou contém uma locação, tendo em conta a nova definição, sendo que aplica a IFRS 16 aos contratos que tenham sido previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

Genericamente, os prazos da locação coincidem com os prazos estabelecidos nos respetivos contratos.

h) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas, ou nos casos em que estas deixem de se observar.



i) **Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros**

A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9.

Estas perdas por imparidade encontram-se registadas a deduzir à rubrica “Outros ativos”.

j) **Especialização de exercícios**

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

k) **Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”.

l) **Ativos sob gestão**

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
 - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da mesma. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e/ou da *Bloomberg*;
 - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
 - iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “*bid*” do contribuidor “CBBT” divulgado pela *Bloomberg*. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a *Bloomberg*; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “*bid*” divulgadas pelos contribuidores de entre a *pool* de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
 - iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que



estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;

- v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e
- viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

m) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.

2.3. Alterações de políticas contabilísticas

2.3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2022, a Sociedade procedeu à alteração da contabilização dos Prémios de Desempenho, passando a especializar no ano, os valores a pagar no ano seguinte.

2.3.2 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021

Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode



optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a COVID-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.

Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e
- não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da entidade.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

A Sociedade não procedeu à aplicação antecipada de qualquer desta norma nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.



3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores, na determinação dos impostos sobre lucros e na determinação das perdas por imparidade.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas (nota 2.2 e)

A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9 (nota 2.2 i)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais (nota 2.2 f)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica correspondia a numerário e a depósitos à ordem expressos em euros, domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A, os quais não são remunerados:

	2022	2021
Depósitos à ordem	45,442,299	41,143,213
Depósitos a prazo	-	5,000
	<u>45,442,299</u>	<u>41,148,213</u>

**5. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

2022								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber
								Valor de balanço
Títulos de dívida pública								
PGB 0.7% 10/2027	63,000	105.71%	90.51%	66,597	(764)	(8,813)	57,019	93
				66,597	(764)	(8,813)	57,019	93
								57,112
								57,112
2021								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber
								Valor de balanço
Títulos de dívida pública								
OT 2,2% 10/2022	219.800	107,53%	102,66%	236.348	(13.537)	2.829	225.640	994
PGB 0.7% 10/2027	57.000	106,24%	105,22%	60.555	(191)	(387)	59.978	84
				296.903	(13.728)	2.442	285.618	1.078
								286.696

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a uma perda de 3.586 euros e de 3.803 euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a Obrigações do Tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dadas em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas “Extrapatrimoniais”. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis foi o seguinte:

2022						
Saldos em 31.12.2021			Alienações e abates		Valor	
Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Valor bruto	Depreciações	do exercício	31.12.2022
<u>Outros ativos tangíveis</u>						
Mobiliário e material	482,790	(479,999)	-	-	(1,397)	1,394
Equipamento informático	244,431	(244,431)	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	13,330	(13,330)	(5,196)	5,196	-	-
Equipamento de transmissão	310,286	(310,197)	(309,328)	309,328	(90)	-
Equipamento de segurança	1,192	(1,192)	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira						
Equipamento de transporte	478,186	(79,153)	105,487	(117,603)	(39,725)	377,365
	1,530,215	(1,128,302)	105,487	(432,127)	(41,213)	378,759



	2021					
	Saldos em 31.12.2020			Alienações e abates		Valor
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Valor bruto	Depreciações	líquido em do exercício 31.12.2021
<u>Outros ativos tangíveis</u>						
Mobiliário e material	482.790	(478.482)	-	-	-	(1.517) 2.791
Equipamento informático	244.431	(244.431)	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	13.330	(13.330)	-	-	-	-
Equipamento de transmissão	310.286	(310.077)	-	-	-	(119) 90
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira						
Equipamento de transporte	564.467	(65.146)	56.229	(142.510)	29.229	(43.236) 399.033
	<u>1.616.496</u>	<u>(1.112.658)</u>	<u>56.229</u>	<u>(142.510)</u>	<u>29.229</u>	<u>(44.872) 401.914</u>

O equipamento de transporte constante na conta de Ativos Tangíveis refere-se ao direito de uso adquirido de veículos, em resultado da aplicação da IFRS 16.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam 16 e 17, respetivamente contratos de aluguer de longa duração (ALD) de veículos.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de intangíveis foi o seguinte:

	2022				
	Saldos em 31.12.2021			Valor	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Depreciações do exercício	líquido em 31.12.2022
<u>Ativos intangíveis</u>					
Software	3,389,634	(3,380,433)	-	(4,245)	4,956
Ativos intangíveis em curso (software)	-	-	-	-	-
	<u>3,389,634</u>	<u>(3,380,433)</u>	<u>-</u>	<u>(4,245)</u>	<u>4,956</u>
	2021				
	Saldos em 31.12.2020			Valor	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Depreciações do exercício	líquido em 31.12.2021
<u>Ativos intangíveis</u>					
Software	3.376.896	(3.351.838)	12.737	(28.594)	9.201
	<u>3.376.896</u>	<u>(3.351.838)</u>	<u>12.737</u>	<u>(28.594)</u>	<u>9.201</u>



8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Devedores e outras aplicações vencidas		
Fundos de investimento imobiliários		
Fundo Promovest	1,527,311	1,573,864
Fundo Golden Eagle	1,340,046	1,340,046
FII Maia Imo	248,008	87,023
FII Imoplanus	99,977	113,133
Adiantamentos a pessoal	269,987	288,475
CGD	82,181	68,539
Floresta Atlântica, SA	41,350	117,160
Imobilizações financeiras - FCT	38,771	35,796
CGD Pensões, SA	10,849	10,938
Caixa Capital	9,513	-
Carteiras discricionárias	8,037	8,674
IVA a recuperar	7,304	-
Restituição de imposto retido	2,147	2,147
Gab Sec Tesouro	1,918	-
Caixa - Banco de Investimento, SA	-	4,803
CGD-DGR	-	3,607
Fundiestamo	-	33,831
	3,687,399	3,688,037
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão discricionária	3,702,590	4,650,756
Comissões de gestão a receber dos fundos		
Comissão de gestão fixa - FIM	1,888,973	1,960,368
Comissões de performance - FIM	-	442,122
Comissão de gestão fixa - FII	222,078	225,076
Comissões de aconselhamento	248,582	297,357
Outros serviços - Research	278,762	220,063
Outras comissões - CGD-DGR	2,482	2,933
Outros serviços - CGD - DPB	386	-
Comissões a receber por consultoria imobiliária		
CGD Pensões	13,500	13,500
Fundiestamo	-	9,133
Floresta Atlântica	-	8,967
	6,357,354	7,830,275
Despesas com encargos diferidos		
Despesas com informação	72,335	245,798
Despesas informáticas	38,511	3,026
Outras despesas	15,181	5,946
Seguros	8,261	-
	134,289	254,771



	2022	2021
Depósitos bancários		
Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados	8,028,978	8,333,938
Contas <i>escrow</i>	821,640	821,640
CGA Instrumentos PPR	-	810
	<u>8,850,618</u>	<u>9,156,388</u>
Patrimônio artístico	<u>45,049</u>	<u>45,049</u>
Excesso de cobertura Fundo de Pensões (Nota17)	<u>176,959</u>	<u>7,897</u>
Outros	<u>815,261</u>	<u>862,101</u>
	<u>20,066,928</u>	<u>21,844,517</u>
Imparidades para devedores e outras aplicações	<u>(2,918,891)</u>	<u>(3,047,003)</u>
	<u>17,148,037</u>	<u>18,797,514</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações vencidas – Fundos de investimento imobiliário” refere-se a comissões em dívida e a pagamentos efetuados pela Sociedade por conta de fundos sob a sua gestão. Face à reduzida expectativa de recebimento, encontra-se registada uma imparidade do total dos valores da dívida dos fundos imobiliários Promovest e Golden Eagle. Os saldos dos devedores Maia Imo e Imoplanus resultam de conjunturas de falta de liquidez, e deverão ser pagos no decorrer do ano 2023, não sendo exetável que a recuperação dos ativos ocorra a médio-longo prazo.

A rubrica “Rendimentos a receber - Comissões de gestão discricionária” corresponde às comissões a debitar pela Sociedade relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da rubrica de “Rendimentos a receber - Comissões de gestão a receber dos fundos” corresponde às comissões de gestão a receber dos fundos mobiliários e imobiliários, relativas ao mês de dezembro de cada ano. Estas comissões foram recebidas pela Sociedade na sua totalidade em janeiro do ano seguinte.

A rubrica “Depósitos Bancários – Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados” diz respeito a valores cativos para fazer face às responsabilidades contingentes apuradas aquando da liquidação de Fundos de Investimento Imobiliários, conforme apresentado na decomposição dos Outros Passivos (ver Nota 10).

A rubrica “Depósitos Bancários - Contas Escrow” respeita a disponibilidades decorrentes dos diversos fundos de investimento mobiliário liquidados que se encontram “cativas” para fazer face a responsabilidades contingentes (ver Nota 10).

Os saldos da rúbrica “Outros” no valor de 862.101 euros e 815.261 euros em 2021 e 2022, respetivamente, dizem respeito ao valor de Imposto de Selo -Verba 29 dos Fundos de Investimento do último trimestre do ano, a pagar pela Sociedade Gestora em janeiro do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Imparidades para devedores e outras aplicações” reflete uma reversão no valor de 144.641 euros respeitante ao recebimento de valores de contratos de consultoria, cuja imparidade tinha sido registada em exercícios anteriores e que se encontravam em dívida.



No exercício de 2022 e 2021, a rubrica de Imparidades apresenta a seguinte evolução:

	2022			
	Saldos em 31.12.2021	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2022
Imparidade para devedores	3,047,003	16,529	(144,641)	2,918,891
	<u>3,047,003</u>	<u>16,529</u>	<u>(144,641)</u>	<u>2,918,891</u>
	2021			
	Saldos em 31.12.2020	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2021
Imparidade para devedores	3.490.073	136.834	(579.904)	3.047.003
	<u>3.490.073</u>	<u>136.834</u>	<u>(579.904)</u>	<u>3.047.003</u>

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Impostos” da demonstração dos resultados tem a seguinte composição:

	2022	2021
Impostos correntes		
Estimativa de imposto a pagar	5,049,215	4,682,632
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuarias	(41,096)	15,037
Imposto sobre o rendimento do exercício	5,008,119	4,697,668
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	(30,968)	-
	<u>4,977,151</u>	<u>4,697,668</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	47,299	(232,706)
	<u>5,024,451</u>	<u>4,464,962</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de -41.096 euros e de 15.036 euros, respetivamente, correspondem à reclassificação para a demonstração do outro rendimento integral do efeito fiscal produzido no imposto corrente do exercício resultante da tributação da variação patrimonial associada aos desvios atuariais registados na rubrica de “Outras reservas”.



A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		18,819,278		16,960,221
Imposto apurado com base taxa normal	22.50%	4,234,337	22.50%	3,816,050
Custos não aceites	0.01%	965	0.05%	8,357
Provisões não aceites (líquido)	-0.88%	(166,342)	0.68%	115,990
Imparidades (líquido)	-0.03%	(5,103)	-0.32%	(54,979)
Derrama estadual	4.01%	754,125	4.06%	687,838
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	0.00%	-	-0.09%	(15,541)
Tributação autónoma	0.13%	24,027	0.13%	22,023
Impostos diferidos	0.25%	47,299	-1.37%	(232,706)
Outros (líquido)	0.72%	135,142	0.70%	117,930
	26.70%	5,024,450	26.33%	4,464,962

Os passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como seguem:

	2022	2021
Impostos correntes		
Estimativa de impostos correntes do exercício	5,049,215	4,682,632
Pagamentos adicionais por conta e pagamentos por conta	(652,473)	(305,590)
Apuramento de impostos do exercício anterior	4,377,043	2,388,139
	8,773,784	6,765,181

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2019 a 2022 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os impostos diferidos ativos referem-se essencialmente a provisões para benefícios a colaboradores e outros. De seguida apresenta-se a variação ocorrida nesta rubrica:



	Valor
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	179,595
Reforço (Dedução) 2021	232,706
Reforço (Dedução) 2021 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	87
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	412,389
Reforço (Dedução) 2022	(47,299)
Reforço (Dedução) 2022 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	1,896
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	366,985

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dizem respeito a variação do justo valor de ativos financeiros reconhecidos através de outro rendimento integral. De seguida apresenta-se a variação ocorrida nesta rubrica:

	Valor
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	(1,096)
Reversão (Aumento) 2021 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	458
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	(638)
Reversão (Aumento) 2022 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	638
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	-

A variação do imposto inerente resultou com referência a 31 de dezembro de 2021, a um saldo imposto diferido passivo de 638 euros e a imposto diferido ativo de 87 euros e em 31 dezembro 2022 a um saldo imposto diferido ativo de 1.983 euros:

	2020		Reversões		2021		Reversões		2022	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Variação do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral	4,871	1,096	(2,429)	(545)	2,442	551	(11,255)	(2,534)	(8,813)	(1,983)
	4,871	1,096	(2,429)	(545)	2,442	551	(11,255)	(2,534)	(8,813)	(1,983)



10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Encargos a pagar		
Encargos com pessoal	1,219,167	832,707
Pré - reforma	1,041,545	520,418
Comissões de depósito a pagar à CGD	743,974	907,111
Por gastos gerais administrativos		
Serviços Informáticos DSI	161,379	80,690
Contingências fiscais	125,916	125,916
Bloomberg	97,333	154,265
Ernst & Young	53,633	41,605
Seguros Fidelidade	50,000	362,305
Research	48,588	58,748
Taxa de majoração	41,943	39,098
Baker Tilly	14,323	25,542
MSCI	13,116	30,213
Comissão de manutenção	-	219,407
UBS AG	-	89,490
Outros	53,285	36,862
	3,664,203	3,524,377
Credores e outros recursos		
Fornecedores		
Locação operacional	379,804	398,701
CGD	121,402	117,853
Outros	16,452	44,881
	517,658	561,435
Credores		
Setor Público Administrativo		
Retenção de impostos	1,007,049	1,050,771
Segurança Social	109,873	110,736
IVA a pagar	0	74,231
Outros	646	614
Contribuições para Fundos de Pensões	16,663	38,773
	1,134,231	1,275,125
Outras exigibilidades		
FIIFAH Caixa Imobiliário	3,297,454	3,340,656
FIIFAH Caixa Arrendamento	2,954,235	3,116,854
Postal Capitalização - Depósito Escrow	763,412	763,412
FEIIF Imorocha	692,000	694,973
FIIF Imomar	530,064	749,155
FIIFAH Cidades de Portugal	437,161	402,344
FIIF Multinvest	102,488	-
Postal Tesouraria - Depósito Escrow	30,035	30,035
Postal Ações - Depósito Escrow	28,193	28,193
FEIIF Porto D'Ouro	10,456	33,512
FIF Fundicapital	3,762	1,732
FIIF Turifundo	1,552	1,552
	8,850,812	9,162,419
	14,166,904	14,523,356



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar à CGD” corresponde à comissão a pagar à CGD relativamente ao segundo semestre de 2022 e 2021, respetivamente, sendo que aquela entidade atua como banco depositário das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

A rubrica “Encargos com Pessoal” refere-se aos valores estimados de férias e subsídios de férias, com a respetivos descontos para a Segurança Social, bem como valores de prémios a liquidar.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Contingências fiscais” refere-se ao acréscimo constituído pela sociedade para fazer face a eventuais contingências no decurso de uma inspeção fiscal a um fundo de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo com a CGD, diz respeito, sobretudo, a cedências de Colaboradores da Caixa Geral de Depósitos à Caixa Gestão de Ativos.

Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a IFRS 16 - Locações que veio substituir a IAS 17 - Locações e que estabeleceu novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação, reconhecimento e mensuração de locações. A Caixa Gestão de Ativos aplicou os princípios preconizados nesta norma retrospectivamente com os impactos da transição a serem reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. No que respeita à demonstração dos resultados, a adoção da IFRS 16 originou alterações nas rubricas de amortizações do exercício, outros gastos operacionais e margem financeira.

A Caixa Gestão de Ativos ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16 reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação.

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica Locação Operacional, corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional de veículos, por maturidade são os seguintes:

	2022	2021
Até 1 ano	272,033	147,049
Entre 1 ano e 4 anos	107,772	251,652
	<u>379,804</u>	<u>398,701</u>



A rubrica “Outras Exigibilidades” refere-se sobretudo a valores que se encontram sob custódia da Caixa Gestão de Ativos na sequência da liquidação de Fundos de investimento, e que abrangem:

- a) Valores relativos a passivos contingentes de Fundos de Investimento Imobiliário para fazer face a despesas exigíveis, assim como valores relativos a proveitos posteriores à sua liquidação (devoluções de IMI), e que serão devolvidos aos participantes.

Valores em euros				
Fundos Liquidados	Data da liquidação	Valor Retido	Variação	Valor atual
Caixa Imobiliário	21-11-2019	3,562,384	-264,930	3,297,454
Caixa Arrendamento	21-11-2019	3,391,077	-436,842	2,954,235
Imorocha	22-10-2021	699,292	-7,292	692,000
Imomar	29-03-2021	580,264	-50,200	530,064
Cidades de Portugal	25-05-2020	481,873	-44,712	437,161
Multinvest	28-12-2022	125,685	-23,198	102,488
Porto Douro	17-12-2021	85,295	-74,839	10,456
Fundicapital	14-11-2019	158,727	-154,965	3,762
Turifundo	23-10-2019	32,182	-30,630	1,552

- b) Valores relativos aos participantes dos Fundos de Investimento Mobiliário “Postal”, aos quais não foi possível realizar o pagamento do produto da liquidação correspondente às suas unidades de participação na data da liquidação. Para este efeito a Caixa Gestão de Ativos celebrou contratos de “Depósito Escrow” com a CGD, com a abertura de contas que apenas poderão ser movimentadas a débito para pagamento individualizado aos participantes do Fundo indicados nos referidos contratos, mediante solicitação desse pagamento pelo participante e contra a entrega da respetiva declaração de quitação devidamente assinada.

Valores em euros				
Fundos Liquidados	Data da liquidação	Valor Retido	Variação	Valor atual
Postal Capitalização	12-12-2017	951,554	-188,142	763,412
Postal Tesouraria	08-10-2014	175,424	-145,389	30,035
Postal Ações	03-05-2016	115,098	-86,905	28,193

11. CAPITAL REALIZADO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente, pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

Conforme referido na Nota Introdutória, no âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019 concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., entretanto renomeada para Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. Tendo em conta que o capital social de ambas as Sociedades



Participantes é detido integralmente pela CGD, não houve lugar a troca de participações sociais, mantendo-se a CGD como acionista única da Sociedade Incorporante em resultado da fusão.

O património aportado pela Fundger à Caixa Gestão de Ativos foi integralmente alocado a uma reserva de fusão, distribuída à CGD, através de dividendos, durante o ano de 2020.

12. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL, LUCROS RETIDOS, OUTRAS RESERVAS, E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Reservas de reavaliação		
Varição do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral (nota 5 e 9)	(6,830)	1,891
Imobilizações financeiras	(3,170)	(777)
	<u>(10,001)</u>	<u>1,114</u>
Reserva legal	9,300,000	9,300,000
Reservas livres	6,752,535	6,752,535
Outras reservas		
Ganhos atuariais e financeiros	(39,495)	(222,146)
Impacto fiscal dos desvios atuariais e financeiros	(3,406)	37,690
Outras	496,708	496,709
	<u>16,506,342</u>	<u>16,364,788</u>
Resultado líquido do exercício	<u>13,794,827</u>	<u>12,495,259</u>
	<u>30,291,168</u>	<u>28,861,162</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação de resultados

Por Deliberação Unânime por Escrito do acionista único da Caixa Gestão de Ativos, datada de 31 de março de 2022, foi aprovada a aplicação do resultado do exercício de 2021, no valor de 12.495.258,95 euros, em dividendos.

**13. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE JUROS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos de juros		
Juros de ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de outro rendimento integral	4,277	4,970
	<u>4,277</u>	<u>4,970</u>
Encargos de juros		
Juros de locações financeiras - viaturas	(3,907)	(4,202)
Outros	(79)	-
	<u>(3,986)</u>	<u>(4,202)</u>
	<u>291</u>	<u>768</u>

14. RENDIMENTOS/ENCARGOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Rendimentos de serviços e comissões tem a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos de taxas e comissões		
Fundos de Investimento Mobiliários		
Comissão de gestão fixa	22,244,467	18,793,424
Comissão de gestão de performance	(19,273)	442,122
	<u>22,225,193</u>	<u>19,235,546</u>
Fundos de Investimento Imobiliários		
Comissão de gestão fixa - Fundo Aberto	1,579,202	1,517,306
Comissão de gestão fixa - Fundo Fechados	1,046,965	1,322,672
	<u>2,626,167</u>	<u>2,839,978</u>
	<u>24,851,361</u>	<u>22,075,524</u>
Gestão discricionária de carteiras		
Comissão de gestão fixa	4,821,095	5,831,323
Comissão de aconselhamento	1,056,853	1,206,419
Comissão de performance	217,482	200,724
	<u>6,095,430</u>	<u>7,238,466</u>
	<u>30,946,790</u>	<u>29,313,990</u>

A rubrica de Comissão de gestão fixa dos Fundos Mobiliários e do Fundo Imobiliário Aberto resulta da comissão de gestão definida nos Regulamentos de Gestão dos Fundos, a qual passou a ser repartida pela entidade gestora e pela entidade comercializadora (conforme n.º 2 do artigo 139.º do RGOIC republicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2020). Desta forma, a Sociedade recebe diretamente dos Fundos apenas a parte correspondente à gestão dos mesmos, deixando de liquidar à entidade



comercializadora (CGD) as comissões de comercialização, uma vez que estas são pagas diretamente dos Fundos.

Em 2022 os valores de comissão de gestão de performance foram nulos pelo facto das rendibilidades não terem atingido o nível necessário para apuramento da mesma. Os valores registados no ano 2022 refletem um ajuste à comissão de performance cobrada referente ao ano 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Encargos com taxas e comissões tem a seguinte composição:

	2022	2021
Encargos de taxas e comissões		
Comissões de depósito - CGD	(1,567,205)	(1,842,551)
Comissões de acompanhamento/gestão	-	-
Comissão de manutenção de conta	(277,433)	(329,122)
Comissões de pagamentos de dividendos	(2,869)	(2,851)
Taxa de supervisão		
Carteiras de património sob gestão	(300,000)	(300,000)
Taxa de majoração	(20,488)	(21,433)
Outras taxas CMVM	-	(2,500)
Outros	(2,856)	(3,029)
	<u>(2,170,851)</u>	<u>(2,501,486)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Comissões de depósito” corresponde, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

A “Comissão de manutenção de conta” resulta de uma taxa que o banco começou a cobrar em 2021 sobre os saldos das contas à ordem e que em setembro de 2022 passou a ter um valor mensal fixo.

**15. RENDIMENTOS E ENCARGOS OPERACIONAIS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estas rubricas tem a seguinte composição:

	2022	2021
Outros encargos operacionais		
Rendas de locação operacional		
Equipamento de transporte	(32,065)	(39,097)
Outro equipamento	-	(942)
Quotizações e donativos	(56,549)	(54,938)
Contribuições-Sistema de Indemnização aos Investidores	(5,000)	(5,000)
Multas fiscais	(462)	(2,351)
Risco operacional	(3,691)	(3,748)
Outras	(3,108)	(3,387)
	<u>(100,874)</u>	<u>(109,463)</u>
Outros rendimentos operacionais		
Cedências	1,235,678	1,215,881
Research	278,762	220,063
Consultoria	67,584	292,318
Seleção de preços - CGD	30,387	32,807
Outros	23,350	15,515
	<u>1,635,761</u>	<u>1,776,584</u>
	<u>1,534,887</u>	<u>1,667,121</u>

Em 2022 e em 2021, a Caixa Gestão de Ativos imputou custos de *research* aos Fundos de Investimento Mobiliários, sob a sua gestão, conforme limites previstos e divulgados nos Relatórios de Gestão de cada Fundo, e à CGD Pensões no âmbito da prestação do serviço aos fundos por esta geridos.

Em 2022, a Caixa Gestão de Ativos apenas prestou serviço de consultoria ao Fundiestamo e à Floresta Atlântica durante o primeiro trimestre do ano.

**16. ENCARGOS COM O PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Nota	2022	2021
Salários e vencimentos			
Empregados			
Remunerações		5,723,325	5,048,395
Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)		-	133,498
Contribuições para o Fundo de Pensões			
Plano de contribuição definida	17	76,622	68,640
Plano de benefícios definidos	17	13,588	15,989
Órgãos de administração e fiscalização			
Remunerações	22	459,867	426,503
Plano de contribuição definida	17	5,293	4,143
		6,278,694	5,697,168
Encargos sociais			
Segurança social e Fundo de compen. do trabalho		1,182,721	1,072,624
Outros		27,297	20,394
		1,210,018	1,093,018
Outros custos com o pessoal			
Encargos sociais facultativos		127,083	212,233
Outros		2,558	2,200
		129,641	214,433
		7,618,353	7,004,619

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de Colaboradores era de 107. Este número não inclui os Colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Outros encargos administrativos”.

Em 2022, a Caixa Gestão de Ativos procedeu à alteração da contabilização dos Prémios de Desempenho. Assim, foram contabilizados os prémios pagos no ano, e especializados os valores de 2022, a pagar em 2023.

No decorrer de 2021, saiu ao abrigo do programa de Rescisão por Mútuo Acordo, 1 Colaborador, cujo valor de indemnização se encontra apresentado na rubrica “Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)”. Em 2022, não houve qualquer saída no âmbito deste programa.



17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2.e), a Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2022	2021
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento das pensões	2.00%	0.80%
Taxa de crescimento salarial futura (1)	0.90%	0.80%
Indexante de Apoios Sociais - Decreto-Lei nº 187/07	438.81	438.81
Taxa de desconto	3.83%	1.35%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma (2)	66	66
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Caracterização da população		
Nº de participantes	6	6
Idade média (anos)	55	54
Antiguidade média (anos)	29	28
Salário médio anual (euros)	48,242	47,699
Folha anual de salários(euros)	289,455	286,196
Beneficiários reformados		
Nº de pessoas	2	2
Idade média (anos)	66	65
Pensões totais anuais (euros)	23,111	22,821

(1) Considerou-se que em 2023 o crescimento salarial será de 4,2% e daí em diante terá uma atualização anual de 0,9%.

(2) De acordo com o Decreto-Lei nº167-E/2013, de 31 de Dezembro

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação em 2%;



- (iii) Assumiu-se que 40% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 60% à idade normal de reforma;
- (iv) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos;
- (v) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de dezembro de 2022 e 2021, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados do pessoal		
Saldos iniciais	1,081,455	980,199
Custo do serviço corrente	13,512	16,802
Custo do juro	14,566	10,831
Pagamento de pensões de reforma	(23,111)	(21,106)
(Ganhos)/Perdas atuariais por alterações de pressupostos	(257,060)	(44,127)
(Ganhos)/Perdas atuariais por desvios entre pressupostos e os valores efetivamente verificados	(16,205)	138,856
Saldos finais	813,157	1,081,455
Valor patrimonial das unidades de participação afetas ao Plano de Pensões "Caixa Reforma Ativa"		
Saldos iniciais	1,089,353	1,070,914
Contribuições	-	-
Rendimento dos ativos do Fundo	14,490	11,644
Pagamento de pensões de reforma	(23,111)	(21,106)
Ganhos/(Perdas) financeiros	(90,615)	27,901
Saldos finais	990,117	1,089,353
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 8)	176,959	7,898

O movimento ocorrido nos desvios atuariais e financeiros nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Nota	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12	(155,318)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2021		(94,729)
Ganhos/(perdas) financeiros de 2021		27,901
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	(222,146)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2022		273,265
Ganhos/(perdas) financeiros de 2022		(90,615)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12	(39,496)



Nos últimos cinco exercícios, as responsabilidades por serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respectivos ativos alocados à sua cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	2022	2021	2020	2019	2018
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
Ativos	423,989	616,234	741,098	815,724	711,740
Reformados	389,169	465,222	239,101	243,757	215,320
	<u>813,158</u>	<u>1,081,456</u>	<u>980,199</u>	<u>1,059,481</u>	<u>927,060</u>
Cobertura das responsabilidades:					
Valor patrimonial do Fundo	990,117	1,089,353	1,070,914	1,061,162	946,693
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo de pensão:	176,959	7,897	90,715	1,681	19,633
Nível de financiamento	121.76%	100.73%	109.25%	100.16%	102.12%

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser detalhados como se segue (Nota 16):

	2022	2021
Custos do serviço corrente	13,512	16,802
Proveito / custo líquido de juros com o plano de pensões	76	(813)
	<u>13,588</u>	<u>15,989</u>

A política de investimentos do Fundo de Pensões regula-se por regras de rentabilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos. Aquela política, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define mínimos e máximos de exposição a cada classe de ativos e índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do Fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os ativos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquelas datas conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados da Sociedade:

	2022		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	3.83%	3.33%	4.33%
Taxa de crescimento salarial	0.90%	0.90%	0.90%
Taxa de crescimento de pensões	2.00%	2.00%	2.00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	<u>813,157</u>	<u>869,941</u>	<u>761,983</u>
Impacto		<u>56,784</u>	<u>(51,174)</u>



	2021		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	1.35%	0.85%	1.85%
Taxa de crescimento salarial	0.80%	0.80%	0.80%
Taxa de crescimento de pensões	0.80%	0.80%	0.80%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	1,081,456	1,172,417	1,000,588
Impacto		90,961	(80,868)

Adicionalmente a Sociedade, também designada por “Associado”, subscreveu Adesões Coletivas ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Defensivo (anteriormente designado Caixa Reforma Activa), ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Moderado (anteriormente designado Caixa Reforma Valor) e ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento (anteriormente designado Caixa Reforma Prudente), que financiam um Plano de Pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, contributivo e independente da Segurança Social.

O Plano tem como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade). Cumulativamente, e sobre os valores resultantes das contribuições dos participantes, os benefícios podem ser acedidos nas situações de pré-reforma, reforma antecipada, desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho e doença grave.

De acordo com o estipulado no Plano de Pensões o acesso aos benefícios apenas será possível quando for atribuída ao trabalhador uma pensão ao abrigo do regime de previdência que lhe seja aplicável, e será realizado em função do tipo de contribuições efetuadas, podendo estas ser da empresa ou do participante. Assim, relativamente às contribuições efetuadas pela Sociedade: (i) o pagamento dos benefícios pode ser feito através da aquisição de um seguro renda imediata celebrado em nome e por conta do Beneficiário a adquirir junto de uma seguradora; (ii) sem prejuízo da opção enunciada anteriormente, as mesmas contribuições podem ser ainda remidas em capital até ao máximo de um terço do valor seu saldo valor de conta de participante (caso não seja possível assegurar o pagamento de uma pensão cuja prestação mensal seja superior à décima parte da retribuição mínima mensal garantida para a generalidade dos trabalhadores em vigor à data da remição então a remição é efetuada pela totalidade dos montantes existentes resultantes de contribuições da empresa).

Adicionalmente, e caso seja legal e fiscalmente possível, (iii) poderão solicitar a transferência do seu saldo de conta de participante resultante de entregas da empresa para um fundo de pensões aberto de adesão individual, sem encargos e desde que se mantenham as condições estabelecidas no Plano de Pensões inicial, ficando o pagamento do benefício assegurado até ao limite da capacidade financeira da conta individual do Beneficiário.

No que diz respeito ao pagamento dos benefícios resultante das contribuições do participante, esse pode ser efetuado sob a forma de pensão, capital ou qualquer combinação destas formas, bem como transferência para uma adesão individual, nos termos definidos em (iii) consoante a manifestação de vontade do beneficiário.

O Plano abrange os trabalhadores efetivos da Sociedade e os ex-trabalhadores efetivos que tenham completado, em data posterior à da constituição do plano, um mínimo de dez ou três anos consecutivos ao serviço da Sociedade, consoante a cessação da relação laboral tenha ocorrido até 31 de julho de 2020, inclusive, ou após esta data, contados a partir da data da respetiva admissão.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras



remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: $2\% \times \text{Soma das remunerações mensais desse trimestre}$.

O Associado poderá ainda efetuar contribuições extraordinárias sempre que entender.

A Sociedade reconheceu como gastos no exercício de 2022 e 2021 contribuições de 76.622 euros e 68.640 euros respetivamente. (Nota 16)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	Nº de unidades de participação		Valor de mercado	
	2022	2021	2022	2021
Fundo Caixa Reforma Moderado	105,389	95,998	659,040	675,279
Fundo Caixa Reforma Defensivo	46,251	42,005	598,173	589,065
Fundo Caixa Reforma Rendimento	26,297	27,998	149,953	165,279
	177,937	166,001	1,407,166	1,429,623

A composição das carteiras dos fundos acima identificados assenta, sobretudo, numa política de investimento moderada, sendo os fundos compostos maioritariamente por obrigações.

**18. OUTROS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços especializados		
Informações	1,893,276	1,641,250
Informática	749,611	769,445
Consultores e auditores	141,346	161,833
Assistência Jurídica	58,409	-
Outros	8,742	119,664
Cedências de pessoal		
CGD	1,157,163	1,040,585
CGD Pensões	101,153	93,791
Caixa Serviços Partilhados	32,768	28,676
Rendas e alugueres		
Rendas e alugueres	326,370	313,935
Comparticipação nas despesas do edifício	56,184	64,356
Outros serviços		
Despesas de formação	62,549	47,907
Publicidade	27,288	25,540
Deslocações e estadas	22,641	16,831
Comunicação e despesas de expediente	15,506	15,579
Outros	39,291	27,053
	<u>4,692,297</u>	<u>4,366,445</u>

Em 2021 a assistência jurídica estava incluída na rubrica de “Outros serviços especializados” e ascendia a 55.057 euros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Cedências de pessoal” corresponde aos custos suportados com a cedência de pessoal por parte da CGD e pelas empresas do Grupo CGD.

**19. PROVISÕES**

O movimento ocorrido na rubrica de “Provisões”, no exercício de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			
	Saldos em 31.12.2021	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2022
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	1,191,986	-	(611,301)	580,685
Outras provisões	218,412	-	(127,997)	90,415
	<u>1,410,398</u>	<u>-</u>	<u>(739,298)</u>	<u>671,100</u>

	2021			
	Saldos em 31.12.2020	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2021
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	702.864	489.122	-	1.191.986
Outras provisões	192.527	26.389	(503)	218.412
	<u>895.391</u>	<u>515.511</u>	<u>(503)</u>	<u>1.410.398</u>

A provisão para pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego, foi constituída no âmbito do Programa de Pré-Reforma (PPR) do Grupo CGD.

Em 2022, procedeu-se à reversão da provisão no valor de 543.260 euros, pelo facto de um dos Colaboradores para o qual tinha sido constituída provisão para a situação de Pré-Reforma, ter saído. O valor de 68.041 euros reflete o ajuste anual da provisão.

Em setembro de 2021, foi constituída uma provisão para Pré-Reforma no valor de 489.122 euros, a qual reflete o montante do PPR dos Colaboradores que reúnem condições para aderir ao mesmo em 2023 e 2024.

O valor da rubrica de “Outras provisões” refere-se a diversas contingências relativas a despesas com pessoal, e eventuais coimas e passivos contingentes.

Contingências judiciais

Em 18 de janeiro de 2022, o processo 3356/19.8T8VFR conheceu sentença homologatória da desistência dos pedidos formulados pelos Autores e, consequentemente, absolutória dos Réus.

**20. ATIVOS GERIDOS**

Conforme referido na Nota Introdutória, a atividade da Sociedade consiste na administração, gestão e representação de Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários. Adicionalmente, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o volume sob gestão relativo aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:

	Valor Global Líquido do Fundo	
	2022	2021
Fundos Mobiliários		
Caixa Ações Líderes Globais	2,163,776,017	2,161,271,781
Caixa Seleção Global Moderado	1,191,094,587	1,459,246,136
Caixa Seleção Global Defensivo	379,183,410	517,410,247
Caixa Seleção Global Arrojado	335,269,343	373,236,998
Caixa Moderado PPR / OICVM	317,692,945	356,843,703
Caixa Disponível	298,113,454	454,742,486
Caixa Obrigações 2025 (1)	209,515,166	-
Caixagest Obrigações	195,670,624	243,380,539
Caixa Obrigações Longo Prazo	139,201,923	144,664,692
Caixa Wealth Moderado	138,765,299	180,672,918
Caixa Wealth Defensivo	119,175,441	152,854,729
Caixa Arrojado PPR / OICVM	114,328,513	109,558,243
Caixa Investimento Socialmente Responsável	111,220,882	143,342,184
Caixa Defensivo PPR / OICVM	104,576,981	130,117,542
Caixagest Imobiliário Internacional	102,111,890	105,291,461
Caixa Ações EUA	80,969,943	87,396,541
Caixagest Obrigações Mais	70,423,790	97,496,142
Caixagest Infraestruturas	56,579,179	62,315,143
Caixa Private Equity	55,351,961	63,944,310
Caixa Acções Europa Socialmente Responsável	23,285,077	28,408,553
Caixa Ações Portugal Espanha	17,878,582	19,444,291
Caixa Ações Oriente	12,256,586	16,903,631
Caixa Wealth Arrojado	10,501,353	14,068,177
Caixagest Oportunidades	7,958,146	11,536,607
Caixagest Acções Emergentes	6,923,512	9,933,056
Caixagest Energias Renováveis	6,303,492	7,550,973
	<u>6,268,128,096</u>	<u>6,951,631,083</u>

(1) Fundo constituído em 2022



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o volume sob gestão relativo aos Fundos de Investimento Imobiliários geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:

	Valor Global Líquido do Fundo	
	2022	2021
Fundos Imobiliários		
Fundimo	669,446,013	626,947,328
Saudeinveste	156,831,889	150,040,384
Salinas	24,874,959	23,185,138
Fundolis	20,740,118	45,428,284
Gaia Ouro	18,582,712	17,153,629
Crescendis	8,515,955	8,939,316
Imoplanus	7,681,372	7,511,432
Maia Imo	2,390,638	2,432,745
Multinvest (1)	-	10,116,571
	<u>909,063,656</u>	<u>891,754,827</u>

(1) Fundo liquidado em 2022

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade prestava serviços de administração e gestão de carteiras, sendo o total de ativos geridos de 10.729.216.744 euros e de 12.569.556.378 euros, respetivamente. Este decréscimo no valor dos ativos geridos deveu-se à evolução dos mercados.

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2022, dos 26 fundos de investimento mobiliários e dos 8 fundos de investimento imobiliários acima mencionados foram examinados por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 17 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, respetivamente.

Os Relatórios de Auditoria dos Fundos denominados Fundo Caixa Private Equity - Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários e Caixagest Energias Renováveis- Fundo de investimento alternativo mobiliário aberto incluem reservas por limitação de âmbito em relação à (i) indisponibilidade de relatório de auditoria de um Fundo sobre o qual existe um investimento relevante; (ii) inexistência de informação financeira atualizada que permita aferir sobre a valorização e recuperabilidade de alguns investimentos. Adicionalmente, o Relatório de Auditoria do Fundo Especial de investimento Caixagest Imobiliário Internacional inclui uma ênfase sobre a elevada exposição do seu ativo ao mercado imobiliário (83% do VLG), tendo sido solicitada autorização à CMVM, em 7 de março de 2014, para que o Fundo se converta em Fundo Especial de Investimento Imobiliário, processo que deixou de ter suporte regulamentar com as alterações legislativas entretanto ocorridas, pelo que a Sociedade Gestora aguarda a publicação da versão mais atual do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (Regime de Gestão de Ativos), no sentido de aferir das possibilidades de adequação do Fundo às tipologias de OIC vigente. É nossa expectativa que as situações identificadas nos relatórios de auditoria dos fundos sob nossa gestão não tenham impactos materialmente relevantes na continuidade das operações dos Fundos e nas demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A.

21. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)

A Sociedade detém na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” Obrigações do Tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. m), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por



um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 20), conforme regras determinadas pelo próprio SII.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

		2022					
	Nota	CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Total
Ativo							
Disponibilidades	4	45,442,299	-	-	-	-	45,442,299
Deposito a prazo		-	-	-	-	-	-
Outros ativos	8	8,935,667	325,978	9,513	-	-	9,271,158
		<u>54,377,966</u>	<u>325,978</u>	<u>9,513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54,713,457</u>
Passivo							
Outros passivos	10	(1,004,092)	(8,317)	-	(3,079)	-	(1,015,488)
		<u>(1,004,092)</u>	<u>(8,317)</u>	<u>-</u>	<u>(3,079)</u>	<u>-</u>	<u>(1,015,488)</u>
Gastos e perdas							
Comissões	14	(1,839,113)	(51)	-	-	-	(1,839,165)
Outros encargos administrativos	18	(1,613,098)	(101,153)	-	(32,768)	(5,000)	(1,752,018)
Rendimentos e ganhos							
Juros e rendimentos similares	13	-	-	-	-	-	-
Comissões	14	32,677	729,713	-	-	-	762,390
Outros rendimentos operacionais	15	924,433	308,655	119,673	-	58,570	1,411,330
		<u>(2,495,101)</u>	<u>937,164</u>	<u>119,673</u>	<u>(32,768)</u>	<u>53,570</u>	<u>(1,417,463)</u>

		2021					
	Nota	CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Total
Ativo							
Depositos à ordem	4	50.299.601	-	-	-	-	50.299.601
Depositos a prazo	4	5.000	-	-	-	-	5.000
Outros ativos	8	75.079	216.917	-	-	4.803	296.799
		<u>50.379.680</u>	<u>216.917</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.803</u>	<u>50.601.400</u>
Passivo							
Outros passivos	10	(1.244.371)	(7.111)	-	(2.580)	-	(1.254.062)
		<u>(1.244.371)</u>	<u>(7.111)</u>	<u>-</u>	<u>(2.580)</u>	<u>-</u>	<u>(1.254.062)</u>
Gastos e perdas							
Comissões	14	(2.169.172)	-	-	-	-	(2.169.172)
Outros encargos administrativos	18	(1.443.833)	(93.791)	-	(28.676)	(7.262)	(1.573.562)
Rendimentos e ganhos							
Comissões	14	-	764.693	-	-	-	764.693
Outros rendimentos operacionais	15	900.440	332.902	113.490	-	53.946	1.400.778
		<u>(2.712.565)</u>	<u>1.003.804</u>	<u>113.490</u>	<u>(28.676)</u>	<u>46.684</u>	<u>(1.577.263)</u>



Órgãos de gestão

Nos exercícios de 2021 e 2022, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

- Paula Cristina Cândido Geada
- Ana Cristina Vale Brízido
- José Pedro Gomes Rodrigues
- Ricardo César Ribeiro Ventura Ferreira Reis

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto da Sociedade nem detém títulos representativos do seu capital social.

Órgão de fiscalização

Nos exercícios de 2021 e 2022, os membros do Conselho Fiscal eram:

- Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro
- Maria Manuel Cruzeiro Seabra da Costa
- Vitor Manuel Sequeira Simões
- Tânia Sofia Luís Mineiro (suplente)

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 aos órgãos de gestão e de fiscalização ascenderam a 459.867 euros e 426.503 euros, respetivamente (Nota 16).

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, Revisor Oficial de Contas, para o exercício de 2022, excluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado, apresentam-se abaixo:

	Remuneração Exercício de 2022 (€)
Certificação Legal das Contas à sociedade	17.500
Elaboração do relatório sobre o Controlo Interno	24.200
Procedimentos de salvaguarda de bens de clientes	3.775
Total:	45.475

Nota: aos valores mencionados acresce IVA

23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.



24. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as demonstrações financeiras da Sociedade foram incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu valor contabilístico. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro registadas na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” encontram-se valorizadas ao justo valor apurado com base na cotação divulgada na Reuters e/ou Bloomberg.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra diretamente exposta a risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto da CGD, Obrigações do Tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários e das carteiras por si geridas.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em Obrigações do Tesouro. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes relevantes.



12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão (artigo 38º RJSPE)

O Estado Português, através da sua participada Caixa Geral de Depósitos, é detentor da totalidade do capital social da Caixa Gestão de Ativos S.G.O.I.C., S.A..

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

No cumprimento das Práticas de Bom Governo, a Caixa Gestão de Ativos elabora anualmente um plano de atividades e orçamento que corporiza os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais estabelecidos, o qual segue o processo de apresentação e aprovação em vigor no Grupo CGD.

Mensalmente é elaborado um relatório sobre o acompanhamento do orçamento, sendo avaliados os custos de funcionamento e, em caso de desvios face ao orçamento inicialmente estipulado, são solicitados esclarecimentos aos diferentes Órgãos de Estrutura (OE) e a indicação das medidas corretivas a implementar.

Anualmente, a atividade desenvolvida pela Caixa Gestão de Ativos, e o cumprimento dos objetivos são objeto de avaliação integrada no Relatório e Contas.

O acionista promove o acompanhamento mensal da informação prestada pela Caixa Gestão de Ativos, solicitando esclarecimentos sobre o desenvolvimento das diferentes rubricas, quer de produção quer de resultados.

2. Divulgação Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

3. Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício anterior, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

4. Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em



conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Remunerações dos trabalhadores

A Caixa Gestão de Ativos está vinculada ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado em 2004 entre as empresas do Grupo CGD e os Sindicatos (STEC e FEBASE).

A determinação das Remunerações Fixas está dependente de três atributos (i) a competência individual, (ii) a autonomia funcional e (iii) o nível de responsabilidade.

As Remunerações Fixas dos Colaboradores admitidos após a celebração do primeiro ACT, 2004, regem-se pelas categorias profissionais estabelecidas neste acordo, designadamente em termos de grupos funcionais, categorias e níveis remuneratórios e a cada nível remuneratório corresponde uma determinada Remuneração Base. Para estes Colaboradores, poderá ser atribuída uma Remuneração Complementar aquando da assinatura do contrato de trabalho e/ou quando o Conselho de Administração, após uma avaliação das responsabilidades atribuídas, e ainda por uma Isenção de Horário de Trabalho (IHT), quando atribuída a Diretores, Funções Técnicas de Coordenação, Chefias e Funções de Secretariado.

Para os Colaboradores que, à data da celebração do ACT, já pertenciam ao quadro dos efetivos da sociedade, a Remuneração Base poderá incorporar a IHT e a Remuneração Complementar, no que respeita a Diretores, Funções Técnicas de Coordenação, Chefias e Funções de Secretariado.

A determinação das Remunerações Variáveis tem como base critérios de desempenho.

A Política de Remunerações aplicável aos Titulares de funções relevantes é definida pelo Conselho de Administração, sendo este o órgão competente para, neste âmbito, fixar as remunerações.

5. Aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, não existem despesas de representação pessoal.

A CGD tem vindo a promover um conjunto de iniciativas que visam a redução de despesa e a promoção de maior eficiência de alguns processos, entre os quais se incluem a gestão de viaturas e da frota automóvel no Grupo CGD.

Nesse sentido, a Comissão Executiva da CGD estabeleceu, através de normativo interno, o regulamento da Política Corporativa de Viaturas de Serviço do Grupo CGD, que impõe a uniformização dos critérios e dos processos relacionados com a aquisição, a afetação e a utilização de viaturas de serviço, no âmbito das empresas do Grupo, centralizando na CGD a gestão dos respetivos processos.

Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com comunicações	
	Plafond definido	Valor anual
PAULA CRISTINA CÂNDIDO GEADA	1.440	n.d.
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	1.200	n.d.
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	1.200	n.d.

n.d. - não disponível



6. Despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

7. Relatório sobre remunerações

Ver ponto VII.D do relatório do Governo Societário.

8. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Sociedade dispõe de uma Política corporativa de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que constitui um instrumento de sistematização das medidas de prevenção e combate às diversas formas que a corrupção pode assumir, vincando os princípios de atuação, consagrando os deveres de conduta profissional preventivos e repressivos nesta matéria e instituindo medidas de prevenção e os respetivos responsáveis e princípios aplicáveis à monitorização, avaliação e atualização da própria Política.

9. Normas de Contratação Pública

A Caixa Gestão de Ativos pauta a sua conduta no mercado pela observância dos objetivos e dos princípios de legalidade e de ética empresarial fixada para o regime do setor empresarial do Estado estabelecido pelo Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75- A/2014, de 30 de setembro, a saber, entre outros:

- Transparência;
- Responsabilidade social;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade no tratamento de todos os seus Clientes e fornecedores;
- Promoção da igualdade e da não discriminação.

No âmbito da aquisição de bens e serviços, a Caixa Gestão de Ativos adota procedimentos que têm subjacentes princípios económicos e de racionalidade de gestão. A seleção dos fornecedores, sempre que possível, tem em consideração o seu relacionamento com a CGD e resulta da análise comparativa das diferentes propostas recolhidas junto de diversos fornecedores, sendo que os respetivos contratos são formalizados por via de troca de correspondência ou através de um contrato formal.

A realização de despesas, por seu turno, tem subjacente um processo de autorização que decorre do regime de competências delegadas pelo Conselho de Administração.

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

10. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Caixa Serviços Partilhados, ACE (CSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos



internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento da CSP e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do CSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

11. Parque de Veículos do Estado (frota automóvel)

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se tem traduzido numa redução dos *plafonds* de atribuição de viaturas.

12. Medidas de redução dos gastos operacionais, do número de efetivos e de cargos dirigentes

Não foram definidas medidas de redução de gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações, e não foram definidos objetivos de redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.

13. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

14. Quadro de informação publicada no *site* da Sociedade (www.caixagestaodeativos.pt) à data de 31 de dezembro de 2022

Informação a constar no <i>site</i> da Sociedade	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	junho 2022
Caraterização da Empresa	S	junho 2022
Função de tutela e acionista	S	junho 2022
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	junho 2022
* Identificação dos Órgãos Sociais	S	junho 2022
* Estatuto Remuneratório Fixado	S	junho 2022
* Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	junho 2022
* Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	junho 2022
Informação Financeira histórica e atual	S	junho 2022
Princípios de Bom Governo	S	junho 2022
* Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	junho 2022
* Transações relevantes com entidades relacionadas	S	junho 2022



Informação a constar no <i>site</i> da Sociedade	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
* Outras transações	S	junho 2022
* Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	junho 2022
– Económico	S	junho 2022
– Social	S	junho 2022
– Ambiental	S	junho 2022
* Código de Ética e de Conduta	S	agosto de 2021
* Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	agosto de 2021

APÊNDICE 1

As informações relativas às remunerações e outros gastos com os Órgão Sociais encontram-se registadas no Relatório do Governo Societário 2022, no capítulo “VII. Remunerações”.

APÊNDICE 2 – Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das obrigações legais 2022	Cumprimento			Justificação/referência ao ponto do relatório
	S	N	n.a.	
Objetivos de Gestão			X	Ponto 1.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Ponto 2.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X	Ponto 2.
Recomendação do acionista na última aprovação de contas			X	Ponto 3.
Utilização cartões de crédito (n.º 1 do artigo 32º do EGP)	X			Ponto 5.
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Ponto 5.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Ponto 9.
Contratos submetidos a visto prévio do TdC			X	Ponto 10.
Auditorias do Tribunal de Contas		X		Ponto 13.
Parque Automóvel	X			Ponto 11.
Nº trabalhadores	X			Ponto 12.
Nº cargos dirigentes	X			Ponto 12.

n.a. – não aplicável



13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 63.398.148 euros e um total de capital próprio de 39.786.360 euros, incluindo um resultado líquido de 13.794.827 euros), a demonstração do resultado e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2022, dos 26 fundos de investimento mobiliários e dos 8 fundos de investimento imobiliários sob gestão da Entidade foram examinados por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 17 de fevereiro de 2023 e 15 de fevereiro de 2023, respetivamente. Conforme divulgado na Nota 20 do anexo às demonstrações financeiras, os Relatórios de Auditoria dos Fundos denominados Fundo Caixa Private Equity - Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários e Caixagest Energias Renováveis- Fundo de investimento alternativo mobiliário aberto, incluem reservas por limitação de âmbito relativos à (i) indisponibilidade de relatório de auditoria de um Fundo sobre o qual existe um investimento relevante; (ii) inexistência de informação financeira atualizada que permita aferir sobre a valorização e recuperabilidade de alguns investimentos. É expectativa da Sociedade que as situações identificadas não tenham impactos materialmente relevantes nas Demonstrações Financeiras. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**

Pinto

Num. de Identificação: 08539023

Data: 2023.03.10 17:32:19+00'00'



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas

Exercício de 2022

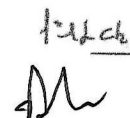
Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. ("Caixa Gestão de Ativos") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No âmbito das competências de fiscalização atribuídas ao Conselho Fiscal pela Lei e Estatutos, e tendo em consideração o modelo de governação seguido pela Caixa Gestão de Ativos, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Caixa Gestão de Ativos, destacando-se:

- a) A participação na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2023 onde foi apresentado e aprovado o Relatório e Contas de 2022;
- b) A promoção e realização de reuniões com a Administradora Executiva, Dra. Paula Geada, com a responsável da Contabilidade e Contabilista Certificada, com a responsável pela Direção de Supervisão e *Compliance*, com a responsável pela auditoria interna da CGD e com a equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pelos trabalhos de auditoria;
- c) A análise do Relatório e Contas de 2022, da Certificação Legal de Contas de 2022 e do Relatório do Governo Societário de 2022, sobre o qual emitimos parecer em 6 de fevereiro de 2023;
- d) A consulta de diversa documentação, legislação e regulamentos.

Durante o exercício de 2022, o Conselho Fiscal efetuou 7 reuniões, tendo os seus membros efetivos estado presentes em todas elas, com exceção da reunião do dia 23 de fevereiro de 2022 onde, por incompatibilidades de agenda, se verificou a ausência do Presidente do Conselho Fiscal. De todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. Dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes:

- a) Emissão, em 21 de janeiro de 2022, de opinião sobre as matérias que o CF considera oportunas e relevantes para ponderação na elaboração do plano de auditoria interna, a pedido do responsável da função de auditoria interna;
- b) Emissão, em 31 de janeiro de 2022, do parecer sobre o relatório de governo societário de 2021;
- c) Emissão, em 7 de março de 2022, do parecer sobre o relatório e contas do exercício de 2021;
- d) Emissão, em 18 de março de 2022, do parecer do conselho fiscal sobre o relatório sobre o cumprimento das políticas de remuneração;
- e) Emissão, em 18 de março de 2022, do parecer sobre a prestação de serviços adicionais por parte da Ernst & Young Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.;



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

- f) Emissão, em 17 de maio de 2022, do parecer do conselho fiscal sobre o plano de atividades 2022-2024 da função de auditoria interna;
- g) Emissão, em 19 de maio de 2022, do parecer do conselho fiscal sobre o regulamento da função de auditoria interna;
- h) Emissão, em 30 de junho de 2022, do relatório de autoavaliação sobre a adequação e eficácia dos sistemas de governo e controlo interno de 2021, em cumprimento do Regulamento da CMVM n.º 9/2020;
- i) Emissão, em 26 de setembro de 2022, do parecer do conselho fiscal sobre o manual de auditoria interna e o manual de acolhimento da função de auditoria interna.

Análise do Relatório do Governo Societário de 2022

O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário elaborado pelo Conselho de Administração da Caixa Gestão de Ativos, sendo de destacar o cumprimento das práticas de bom governo por parte da Caixa Gestão de Ativos e uma efetiva segregação das funções de administração e fiscalização, desde a data de nomeação dos novos órgãos sociais.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do bom grau de cumprimento de todas as orientações legais, conforme destacado pelo Conselho de Administração no seu Relatório do Governo Societário.

Análise do Relatório e Contas de 2022

A Caixa Gestão de Ativos apresentou resultados positivos de 13.794.827,15 €, o que se traduz num aumento face ao mesmo período do exercício anterior em cerca de 10%, sendo de destacar o seguinte quanto à evolução da atividade durante o exercício de 2022:

- a) No final do ano, o volume sob gestão de fundos mobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos encontrava-se avaliada em 6.268 milhões de euros, menos 9,8% do que no ano anterior;
- b) No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos encontrava-se avaliada em 909 milhões de euros, mais 1.9% do que no ano anterior, incluindo o fundo imobiliário aberto Fundimo e sete fundos fechados de subscrição particular;
- c) No final do ano de 2022, o volume sob gestão relativamente à Gestão Discricionária de Carteiras decresceu cerca de 1.108 milhões de euros devido a reembolsos da carteira de um grande Cliente Institucional e o valor da Consultoria para Investimentos registou uma diminuição 422 milhões de euros. No final do ano o montante sobre gestão e aconselhamento na Caixa Gestão de Ativos era de 6.813 milhões de euros, menos 18,3% do que no ano anterior;
- d) Em 2022, o Produto Bancário aumentou para 30,3 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento 6% face ao período homólogo. Este aumento ficou a dever-se aos rendimentos de comissões de gestão e aconselhamento que totalizaram 30,9 milhões de euros, mais 6% que no

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

ano anterior devido à dinâmica comercial na colocação de fundos, ainda que penalizada pela forte desvalorização dos mercados;

- e) Os custos de estrutura, que incluem gastos com o pessoal, gastos administrativos e depreciações e amortizações, aumentaram 9.5% para 12.6 milhões de euros, devido essencialmente à alteração da forma de registo dos prémios de produtividade;
- f) O ativo líquido da entidade apresenta um aumento de 3,8% face ao mesmo período do ano anterior (2.342.221 euros) resultante do aumento na rubrica de “Disponibilidades em Outras instituições de crédito” (+4 M€) decorrente do recebimento de comissões de gestão de Fundos e de carteiras. Em contrapartida, notamos a diminuição de Outros Ativos (-1,6 M€) essencialmente explicada pelo decréscimo de rendimentos a receber pela gestão discricionária de carteiras (-1,5 M€);
- g) O total do capital próprio aumentou 1,43 milhões de euros assumindo o valor de 39,786 milhões de euros;
- h) O total do Passivo aumentou aproximadamente 0,9 M€ por via essencialmente do aumento dos passivos por impostos correntes (2 M€). A mitigar este efeito temos uma redução da rubrica de Provisões e outras obrigações de benefícios pós emprego decorrente do acordo pré reforma (-0,61 M€) ocorrido em 2022 e numa reversão da provisão constituída para as ações instauradas pelo STEC relativas a subsídio de almoço nos meses de férias aos colaboradores em que foi decidido pelo Grupo CGD se efetivar o pagamento aos colaboradores (-0,128 M€).

O Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos satisfazem as normas legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos e da atividade desenvolvida, representando de forma adequada a situação económica e financeira.

PARECER

Com base na informação obtida e no trabalho efetuado, e tendo presente os aspetos descritos acima, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais aplicáveis;
- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados da Caixa Gestão de Ativos;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;

Pelo que recomendam a aprovação pelo acionista.

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis e demais colaboradores das diferentes Direções da Caixa Gestão de Ativos e à equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por toda a colaboração prestada.

Lisboa 13 de março de 2023,

Assinado por: **JORGE FERNANDO REGATEIRO DE JESUS CARVALHEIRO**
Num. de Identificação: 10825479
Data: 2023.03.14 09:43:41+00'00'

Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalho

Presidente



Maria Manuel Seabra da Costa

Vogal



Vitor Manuel Sequeira Simões

Vogal